

Diário do Legislativo de 10/06/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado André PT
Quintão

Deputado Delvito DEM
Alves

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT

Deputada Maria Tereza PT
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Padre PT
João

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Ruy Muniz DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT
Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria DEM Presidente
Lúcia Mendonça

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo DEM
Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PT
Quintão

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Avelar	Fábio BPS	Presidente
Deputado Souza Cruz	Sávio PMDB	Vice-Presidente
Deputado Barbosa	Irani BSD	
Deputado Paraca	Almir PT	
Deputado Pereira	Gil PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Malheiros	Délio BPS	
Deputado Lopes	Adalclever PMDB	
Deputado Moreira	Célio BSD	
Deputado Gomes	Carlos PT	
Deputado Jangrossi	Vanderlei PP	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Souza Cruz	Sávio PMDB	Presidente
Deputado Valadares	Gustavo DEM	Vice-Presidente
Deputado Aloise	Rêmolo BSD	
Deputado Moreira	Célio BSD	
Deputado Ulisses	Tiago BPS	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lopes	Adalclever PMDB	
Deputado Nascimento	Elmiro DEM	
Deputado Magalhães	Ronaldo BSD	
Deputado	Luiz BSD	

Humberto Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputada Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputada Cecília PT
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca PP
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rêmol BSD
Aloise

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter BSD Vice-Presidente
Tosta

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Elmiro DEM

Nascimento

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

Deputado André PT
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Rêmol BSD
Aloise

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Braulio BSD
Braz

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT
Silveira Jr.

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PT
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Padre João PT

Deputado Gil Pereira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Dimas DEM
Fabiano

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/6/2009

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros, Gil Pereira e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a proposta de regulamentação dos cartões de crédito pelo Banco Central. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Antônio Marciano, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos do Banco Central do Brasil; Ilídio Inácio Alves, Assessor da Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços, representando o Sr. Sérgio Barroso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais; Roberto Alfeu Pena Gomes, Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte; Maria Lúcia Scarpelli, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia; Stael Christian Riane Freire, Coordenadora do Procon Municipal; Renata Figueiredo, economista, representando o Sr. Renato Rossi, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - Fecomércio Minas -; que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na ausência do Deputado Gil Pereira, a Presidência redistribui o Projeto de Lei nº 964/2007, no 2º turno, ao Deputado Leonardo Moreira, que solicita prazo regimental para emitir parecer pedido que é deferido pelo Presidente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes e convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente - Gil Pereira - Leonardo Moreira.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2009

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do PT) e os Deputados Fábio Avelar e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta, discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício dos Srs. Maurício Petenusso, da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda - CCPR - Itambé; Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Promotor de Justiça (28/05/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.256/2009 (Deputado Fábio Avelar) e 2.333/2009 (Deputado Gil Pereira) em turno único; e 2.966/2009 (Deputado Fábio Avelar) em 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 16/2007 (relator: Deputado Fábio Avelar) na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição da Emenda nº 2; e 2.966/2009 (relator: Deputado Fábio Avelar). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.256/2009, que recebeu parecer pela aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.813, 3.814, 3.815, 3.816, 3.817, 3.818, 3.819, 3.820 e 3.821/2009. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.692/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Chico Uejo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Serra do Salitre para discutir o impacto ambiental que será causado na região pelas atividades mineradoras das empresas Fosfertil e Galvani Indústria, Comércio e Serviço Ltda.; Sávio Souza Cruz (2) em que solicita seja convidado o Engenheiro Ricardo Wagner Reis Duarte para expor sobre o programa para avaliação vetorial de desempenho ambiental por ele desenvolvido; e sejam convidados os Ministros do Meio Ambiente e de Minas e Energia para debater, em reunião de audiência pública, o texto do Decreto Federal nº 6.640, de 2008, que alterou o Decreto nº 99.556, de 1990, bem como sua proposta de regulamentação em andamento; Inácio Franco em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Pará de Minas a fim de debater a forma como o IEF e outros órgãos ambientais vêm fiscalizando os produtos rurais da

região, provocando processos penais ajuizados pelo Ministério Público; Adalclever Lopes em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e Contribuinte, no Município de Caratinga, a fim de discutir a inadimplência da Copasa, no que se refere ao contrato para exploração do esgoto sanitário firmado com este município; Almir Paraca em que solicita seja realizada audiência pública no Município de São José da Lapa, a fim de discutir a degradação ambiental, o assoreamento de cursos d'água e a destruição e supressão de vegetação da flora e fauna locais provocados pela extração de areia na região; e Fábio Avelar (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Santa Luzia, a fim de esclarecer à população os benefícios e implicações gerados pela implementação da estação de tratamento de esgoto - ETE - , autorizada pela Copasa; seja encaminhado ao Ministério Público do Estado e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável documento contendo denúncias relativas a empresas que tratam os resíduos industriais de forma inadequada, em descumprimento às normas e exigências ambientais, para que sejam tomadas as medidas necessárias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, EM 4/6/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo e Fábio Avelar (substituindo o Deputado Wander Borges, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à realização de audiência pública para ouvir diversos convidados, que irão expor sobre sua experiência exitosa na execução das penas. A seguir, comunica o recebimento do Ofício nº 244/2009, do Sr. Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, Diretor-Geral da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - Emerj -, em que comunica a impossibilidade de comparecer a esta reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Reynaldo Ximenes Carneiro, 2º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG - e Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - Ejef -; Sr. Herbert Carneiro, Desembargador; Alexandre Martins da Costa, Diretor de Articulação do Atendimento Jurídico da Secretaria de Estado de Defesa Social; as Sras. Jeime Cristina Alves Faria, encarregada de Execuções da Apac de Itaúna; Fernanda Vieira de Oliveira, advogada do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; Fernanda Monteiro; Diná Freitas Borges e Soraia Gomes Pedra, do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; o Sr. Valdeci Antônio Ferreira, Diretor Executivo da Federação Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC -; as Sras. Magna Lóis Rodrigues Mendes, Presidente da Apac de Nova Lima e Vice-Diretora Executiva da FBAC; Juliana das Mercês Vaz, da Apac de Nova Lima; Giedra Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública da União; o Sr. Flávio Rocha, Presidente da Apac de Sete Lagoas; as Sras. Margareth Rebelo, Diretora Jurídica da Apac de Sete Lagoas; Renata Salazar, Defensora Pública de Nova Lima, e Mônica Peixoto, representante da Capelania Prisional, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, em que solicita seja encaminhado ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça, para que informe a esta Comissão o número de pessoas sujeitas às medidas previstas no art. 28 da Lei Federal nº 11.343, de 23/8/2006, que são encaminhadas às comunidades terapêuticas para o cumprimento de penas alternativas; e Durval Ângelo (4), solicitando a prorrogação do prazo da Comissão por mais 30 dias; solicitando seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social, à Corregedoria da Secretaria de Defesa Social e ao Juiz da Vara de Execuções Criminais de Uberlândia o relatório elaborado pela Vereadora Liza Prado, sobre irregularidades nas unidades prisionais desse Município, para que sejam tomadas as providências cabíveis; solicitando seja encaminhado ofício à Secretaria de Defesa Social com vistas à liberação de verba para aquisição e reforma de um imóvel para o funcionamento da Apac de Uberlândia; e seja solicitado à Secretaria que envide esforços para que a Apac possa implantar imediatamente os regimes de cumprimento de pena fechado, semi-aberto e aberto; e solicitando a realização de audiência pública para ouvir os promotores da Vara de Execuções Criminais de Governador Valadares e os funcionários da Secretaria da Vara acerca do sistema informatizado de acompanhamento da execução criminal dos setenciados da comarca. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2009.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Wander Borges.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/6/2009

Às 14 horas, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Fábio Avelar, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Domingos Sávio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater e encontrar soluções para o grande assoreamento das lâminas d'água da Lagoa Grande, localizada na divisa das cidades de Passa-Tempo, Oliveira e Carmópolis de Minas. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Lúcia Aparecida Elcorab Alvim, Prefeita Municipal de Passa-Tempo; os Srs. Fabrício Lanclleder de Andrade Reis, Secretário de Esporte e Lazer e Meio Ambiente, representando Maria do Carmo Rabelo Lara, Prefeita Municipal de Carmópolis de Minas; Daniel Geraldo Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Passa-Tempo; Américo Pinto Costa, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oliveira, representando Paulo Sérgio da Silva, Presidente dessa Casa; Ananias Santos, Vereador, representando Ronaldo Resende Ribeiro, Prefeito Municipal de Oliveira; e Dirceu da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Domingos Sávio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Sávio Sousa Cruz - Almir Paraca - Gil Pereira.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/6/2009

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.856/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 6.817, de 5/7/76, a transferi-lo à sua incorporadora, Coopervás - Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.872/2008, do Deputado Leonardo Moreira, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.418, de 26/12/96. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.089/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São José do Divino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 10/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.311/2009, do Deputado Doutor Rinaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 10/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 10/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.951 e 3.952/2009, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 10/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 10/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.840 e 3.841/2009, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 3.862/2009, da Comissão de Participação Popular; e 3.912/2009, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 9ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 10/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 10/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.259/2009, do Deputado Domingos Sávio.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.269/2009, do Governador Aécio Neves, e 3.312/2009, do Deputado Hely Tarquínio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.823/2007, do Deputado Carlos Mosconi, 2.953/2008, do Deputado Inácio Franco, 3.262/2009, do Deputado Ivair Nogueira, 3.268/2009, do Deputado Antônio Júlio, 3.273/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 3.279/2009, do Deputado Deiró Marra, 3.293/2009, do Deputado Inácio Franco, e 3.294 e 3.314/2009, do Deputado Wander Borges.

Requerimento nº 3.950/2009, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 10/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.936/2008, do Governador do Estado; 2.557/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.966, 3.316 e 3.187/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 10/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 10/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Ronaldo Magalhães, Dimas Fabiano e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/6/2009, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres em fase de redação final e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2009.

Braulio Braz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Guedes, Ademir Lucas, Sebastião Helvécio e Wander Borges, membros da supracitada

Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/6/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.947/2009, do Deputado Domingos Sávio, 3.953 a 3.959/2009, do Deputado Wander Borges, 3.970/2009, do Deputado Elmiro Nascimento, 3.972 a 3.979/2009, do Deputado Wander Borges; debater, em audiência pública, a regulamentação da Lei Federal nº 11.888, de 24/12/2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência gratuita para o projeto e a construção de moradia; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que, nos termos do inciso II do art. 235 do Regimento Interno, foram apresentadas as candidaturas dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Irani Barbosa e Sebastião Helvécio e do Sr. Alexandre Bossi Queiroz ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Informa também que, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 235 do Regimento Interno, foram desconsideradas as assinaturas dos Deputados Adalclever Lopes, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Arlen Santiago, Célio Moreira, Chico Uejo, Dimas Fabiano, Dinis Pinheiro, Doutor Rinaldo, Doutor Viana, Eros Biondini, Fábio Avelar, Getúlio Neiva, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, Jayro Lessa, João Leite, José Henrique, Juarez Távora, Juninho Araújo, Lafayette de Andrada, Mauri Torres, Neider Moreira, Rêmoló Aloise, Vanderlei Jangrossi, Wander Borges e Zé Maia, uma vez que esses parlamentares subscreveram mais de duas indicações.

Salienta ainda que, em virtude da desconsideração das assinaturas acima mencionadas, os requerimentos que contêm as indicações do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e do Sr. Alexandre Bossi Queiroz apresentam número insuficiente de assinaturas, razão pela qual a Presidência, nos termos do § 3º do art. 235 do Regimento Interno, concede aos Deputados que tiveram suas assinaturas desconsideradas a possibilidade de manifestar sua escolha em, no máximo, duas indicações, por meio de comunicação escrita, facultando-se, ainda, aos signatários de apenas uma indicação formalizar seu apoio a mais uma candidatura.

Esclarece, por fim, que o prazo para recomposição do número de assinaturas é de 24 horas, iniciando-se com a leitura deste anúncio e encerrando-se amanhã, dia 10, quarta-feira, às 15h50min.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 2009.

José Henrique, 2º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.325/2009

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Artesãos de São Gonçalo do Rio Abaixo, com sede nesse Município.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.325/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Artesãos de São Gonçalo do Rio Abaixo, que tem como finalidade integrar os artesãos do Município no mercado de trabalho por meio da promoção de cursos ligados às atividades artesanais e à prestação de serviços, além de zelar pela consolidação e ampliação dos direitos de seus beneficiários.

Em decorrência desse trabalho, os artesãos encontram apoio para o desenvolvimento de sua atividade, o que concorre para o seu progresso social e econômico.

Em face dessas considerações, é oportuna a intenção de se conceder à Associação dos Artesãos de São Gonçalo do Rio Abaixo a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.325/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2009.

Vanderlei Jangrossi, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.196/2009

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

O projeto de lei em tela, de iniciativa do Deputado Leonardo Moreira, proíbe a "cobrança de taxa de conveniência pelas empresas prestadoras de serviço no Estado de Minas Gerais".

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa a proibir a cobrança da denominada taxa de conveniência, de valor variável, em razão do preço do ingresso para eventos culturais e de lazer.

Como alternativa para a aquisição de ingressos para os mais diversos tipos de eventos de entretenimento, a dinâmica sociedade atual criou a compra realizada a distância, seja por telefone, seja pela internet. O fato de a transação econômica não ser realizada pessoalmente pelo consumidor gera a necessidade de haver o serviço de entrega do ingresso, o que, com efeito, cria gastos adicionais para a empresa responsável pela organização do evento, os quais, obviamente, podem ser repassados ao destinatário do serviço.

Entretanto, tem sido observada prática abusiva e contrária ao consumidor. Conforme constatado na Comissão de Constituição e Justiça, não são raras as situações em que o valor referente à taxa de conveniência é calculado e cobrado tendo por base um percentual do valor do ingresso pago, independentemente do local da entrega. Assim, em um "show" ou espetáculo em que o valor do ingresso varie entre R\$100,00 e R\$500,00, a taxa de entrega também sofreria alterações proporcionais.

Vale lembrar que a prestação do serviço ora analisado é única, qual seja a efetivação da entrega do ingresso ao consumidor. O valor do ingresso em nada altera o custo do serviço, o que nos faz concluir pela necessidade de se ter um valor fixo e inalterado para a taxa de conveniência, sob pena de se gerar enriquecimento sem causa para as empresas que promovem espetáculos, além de representar clara violação ao art. 39, X, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que veda a elevação sem justa causa do preço de produtos e serviços.

Nesses termos, a única alteração quantitativa das taxas justificável é a que tem em conta o local de entrega, elemento esse que, com efeito, influencia no custo correspondente.

O Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, mantém a determinação que impulsionou o projeto de lei na forma apresentada, acrescentando, apenas, a referência a eventos esportivos, mostrando-se, assim, mais abrangente, além de adequar o texto do projeto à técnica legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.196/2009 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente - Gil Pereira, relator - Leonardo Moreira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

45ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 3/6/2009

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho à tribuna esta tarde para fazer apologia e reconhecer o esforço do Governador Aécio Neves já no segundo lustro do seu governo. Participamos, como Secretário Adjunto de Saúde, do primeiro governo e da composição do colegiado do governo e pudemos conhecer o zelo com que montou sua equipe técnica, fazendo um diagnóstico que foi compreendido com alta sensibilidade política, assim como o foi a carência do nosso povo de Minas Gerais, exatamente pela dignidade do ser humano. Essa dignidade é traduzida nos 10 ou mais indicadores sociais que sustentam e dão condição à nossa intenção, à nossa esperança de ter uma existência mais feliz em uma sociedade organizada com a doutrina da social democracia, em que pese ao sistema neoliberal implantado no mundo a partir de banqueiros, de grandes capitalistas, de grandes conglomerados.

Poucos dominam legiões de pessoas necessitadas. Digo isso exatamente para que se entenda esse sistema neoliberal, que encarna a ganância do ser humano, a antiética, porque ética, meus senhores, é o cuidado que temos com o outro, é o cuidado dentro da jurisdição da ambição, e não da ganância. Quando se passa para o lado da ganância, há falta de ética. Esse sistema perverso, finalmente, entrou em colapso. Agora o mundo está buscando mecanismos para frear esse sistema a fim de, a partir deste momento, mudarmos os rumos, darmos um giro de 90 graus e encontrarmos o cenário desejado, inspirado por nosso Governador, pelo estadista Aécio Neves, juntamente com sua equipe.

Venho a esta tribuna fazer apologia do Processo, um exemplo do governo Aécio Neves, assim como todos os demais 57 projetos estruturadores. No início, o objetivo era menos ambicioso, depois tornou-se mais abrangente. Todos esses projetos estruturadores apresentam diretrizes para melhorar a saúde, a educação, a moradia etc., sem discriminação, dando oportunidade a todos, a todas as raças. Hoje, pela manhã, foi aprovada uma lei que não discrimina raça, que dá oportunidade aos afrodescendentes, aos índios, a todos.

Foi com essa visão, com essa missão que o nosso Governador formou seu primeiro governo, já estando no segundo. Em seu primeiro mandato, em seu primeiro governo, o Governador abriu a Constituição. O Orçamento do Estado cumpre dispositivos constitucionais. Gosto sempre de dizer que nossa Constituição é a nossa promessa de vida. Quando fazemos uma lei que obedece à Constituição, estamos cumprindo uma profecia que os constituintes de 1988 - com espírito parlamentarista, em que pese a nosso governo ser presidencialista - escreveram.

Estou aqui para dizer que o Orçamento, a partir do governo Aécio Neves, deixou de ser uma peça de ficção, passando a acontecer, a configurar e a cumprir a profecia do Orçamento, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do PPAG, com a cooperação desta Casa, considerando todas as variáveis partidárias, até mesmo de nosso importante PT, presente em várias comissões. Quero dizer que, especialmente na Comissão de Participação Popular, o companheiro Deputado André Quintão sempre elogia o governo por perceber que a coisa está acontecendo. Esse parlamentar é um ator importante, juntamente com sua Comissão.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado, Deputado Hely Tarquínio. Gostaria de apartear-lo para parabenizá-lo pela apologia que faz do nosso governo Aécio Neves, do qual V. Exa. já fez parte como Secretário Adjunto, profundo conhecedor que é da saúde de Minas Gerais. V. Exa. realizou, na Secretaria de Saúde, um trabalho extraordinário, coadjuvando com o Secretário Marcus Pestana, nos primeiros momentos de sua administração, a quem proporcionou saberes científicos e técnicos, graças ao extraordinário conhecimento de medicina que V. Exa. possui. Hoje a saúde em Minas tem superado todos os patamares, o que demonstra o cuidado e o zelo do nosso Governador, que busca sempre a saúde de primeira qualidade para o povo.

É importante termos como foco a governabilidade de nosso Governador, da forma como V. Exa. está fazendo nesta tarde.

Temos aprovado inúmeros projetos, basta lembrar esse último que nos levou a buscar autorização legislativa para firmar convênio com o Bird, garantindo-se novos investimentos para Minas Gerais.

Com essa apologia, tenha certeza de que V. Exa., árduo defensor do governo, dadas as suas convicções e o seu conhecimento extraordinário e invejável nesta Casa, sem dúvida alguma vai ao encontro dos interesses maiores do nosso povo. Parabéns.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço as palavras do companheiro Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Prosseguindo, queria dizer que presenciei, há cerca de 20 dias, a inauguração da estrada que liga Lagoa Grande à MG-410, que vai de Brasília a Patos de Minas, na minha região. Lá estava o Presidente do DER, e tivemos a honra de inaugurar esse trecho de rodovia, que faz parte do Processo, com 29km, ao lado do nosso Vice-Governador, Antonio Anastasia, que é o verdadeiro arquiteto do governo. Lá estávamos eu, o Prefeito José Francelino, os componentes da Câmara de Vereadores e os Deputados Elmiro Nascimento e Almir Paraca. Tivemos a alegria de ver concretizado esse sonho de muitos anos quando foi emancipado aquele Município, ou melhor, quando aqui, com a participação da Comissão de Assuntos Municipais, emancipamos esse Município.

Ficamos honrados em constatar a visão, o olhar panorâmico do Governador sobre Minas Gerais, porque são 853 Municípios e ele já está concretizando a segunda fase do Processo, que inclui 224 Municípios que carecem de ligação asfáltica. Mais de 102 Municípios foram ligados, restando apenas 32 para o ano de 2009, e os recursos já estão assegurados para isso. Agora serão mais 85 até o final de 2010, quando se terá completado todo esse programa.

Com o beneplácito, com o apoio dos partidos da Oposição nesta Casa, conseguimos, nesta semana, a aprovação de um empréstimo substancial de US\$260.000.000,00 e, pelo que parece, de mais R\$185.000.000,00 por intermédio do Banco do Brasil. Antes, Minas Gerais precisava do aval da União, mas hoje nosso Estado faz empréstimo diretamente nos órgãos internacionais porque ele cumpre pontualmente com os seus compromissos.

É fácil fazer oposição no campo das idéias, é natural. Aqui, compete a cada um defender o seu partido, mas temos de reconhecer que o governo tem sido um governo técnico, com sensibilidade política para fazer a melhor política de caráter existencial para as pessoas, ou seja, a melhor política para o cidadão carente.

Se Deus quiser, no final do governo Aécio Neves haverá 5.500km de asfalto construídos, o que fará a diferença no IDH de Minas Gerais e no relatório a ser encaminhado para a ONU, tendo em vista as melhores condições de vida que estamos dando às pessoas, em que pese ao perverso modelo neoliberal. As populações mais carentes só vão conseguindo melhorar o seu IDH em virtude de um governo da qualidade do governo Aécio. É preciso entender que a natureza não dá salto e também há imperfeições até dos governantes.

De qualquer maneira, o Governador, com a sua equipe, constitui uma inspiração para que nós aqui analisemos, de forma suprapartidária e com vistas ao cumprimento de nossa missão, e melhoremos os projetos desta Casa. A nossa missão é melhorar os projetos que vêm do Governador e criar projetos que materializem as suas ações, para que o Governador os sancione ou o faça por meio de decreto. Porque sempre nos preocupamos com uma coisa: fazemos muitas leis, mas, muitas vezes, elas vão para gavetas; elas são sancionadas, mas não são decretadas. Então, quando fazemos a lei, devemos pensar se existe dinheiro no Orçamento, se foi feita a revisão do PPAG, se ela poderá ser incluída ou não, porque, senão, perdemos tempo. Todos nós aqui devemos estar conscientes disso. Não é só fazer lei para dizer "fiz uma lei" ou "deixei de fazer". Devemos fazer lei que seja materializada, que melhore a vida dos mais carentes, porque devemos fazer justiça social, políticas públicas de compensação social, senão o Brasil não vai longe. Há essa necessidade. E devemos entender também que o Presidente Lula tem feito a sua parte.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Hely Tarquínio, V. Exa. sabe da admiração que tenho por V. Exa. Tive o cuidado de permanecer todo o tempo para ouvi-lo; é sempre uma grande oportunidade, porque aprendemos muito.

Novamente V. Exa. usa a tribuna como naqueles tempos como Líder da Oposição na Assembleia, quando V. Exa. nos brindava com grandes pronunciamentos e com a presença em favor da população do Estado. Em momentos em que o governo queria criar taxas, V. Exa. teve presença firme em favor da população de Minas. E agora novamente, em um discurso lúcido, mostrando o momento real de Minas Gerais, de um governo sério, que planejou. V. Exa. traz o exemplo, dos 230 atos que acontecerão no Estado, da ligação asfáltica na sua tão querida região, que V. Exa. defende com tanta competência há muitos anos nesta Casa. A minha manifestação é de eterna admiração por V. Exa., meu Líder sempre. Parabéns-o por esse pronunciamento nesta tarde. Parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Muito obrigado, Deputado João Leite, pelas palavras generosas. É com pessoas do seu naipe, do seu porte que contamos. Sabemos que o Poder Legislativo se sente engrandecido com sua presença, desde que aqui V. Exa. chegou, na mesma luta, na mesma filosofia de fazer justiça social.

Acho que o Poder Legislativo deve, talvez, fazer uma reflexão mais profunda sobre si mesmo, exatamente para cooperar com as iniciativas do governante que estiver no poder, seja de que partido for, juntamente com o Judiciário, a fim de traçarmos uma verdadeira cruzada em favor da atividade do Parlamento, mas um Parlamento lúcido, comprometido com as aspirações, com o sonho das pessoas de serem mais felizes.

Quero, para terminar, agradecer a atenção dos Srs. Deputados. Aqui voltarei para abordar assuntos dessa natureza e para dizer que devemos ter um Parlamento, em que pese a ideias divergentes, no qual encontremos a equação com uma resultante melhor para o povo de Minas Gerais, por meio da nossa legislação, por meio da nossa fiscalização e por meio dessa cruzada, dessa tríade - Judiciário, Executivo e Legislativo -, que deve estar voltada realmente para essa missão de servir ao povo. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, povo que nos acompanha das galerias e pela TV Assembleia, funcionários da Casa, imprensa, a indústria de base florestal tem em Minas Gerais 23,2% do volume total das operações brasileiras. Em 2006, foram gerados 806 mil empregos no Estado e 4.100.000 no Brasil. No País, foram recolhidos tributos no valor de R\$9.200.000.000,00. As exportações atingiram US\$7.400.000.000,00, e houve geração de produção bruta no valor de R\$57.000.000.000,00.

A área plantada de Minas Gerais, presente em 120 Municípios, ocupa 2,1% do território mineiro, com 1.240.000ha de área total plantada e mais 400.000ha de vegetação nativa preservada pelo setor em suas áreas de reserva legal e preservação permanente. É importante destacar que essas áreas preservadas contam com uma estrutura de apoio composta por vigilância e equipamentos de prevenção e combate a incêndios, utilizada nas áreas plantadas, que dão a essas reservas uma condição de proteção sem igual a parques florestais públicos ou privados.

Vivemos não só em Minas, mas em todo Brasil, uma situação de déficit de suprimento de madeira muito preocupante. As razões são diversas, desde problemas de infraestrutura até necessidade de regulamentação e desburocratização. Esses impasses estão todos relacionados no diagnóstico feito com muito critério pela Associação Mineira de Silvicultura - AMS - e pelo Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais - Sindifer - e apresentado ao governo do Estado em 2007. Essas entidades vinham discutindo já há algum tempo com suas associadas caminhos e soluções para alcançar a sustentabilidade das atividades de base florestal.

Sabe-se bem que plantar florestas é atividade de custo muito elevado, tanto de implantação quanto de manutenção, e de longo prazo de maturação. Também não é novidade que os setores de base florestal são eminentemente exportadores e que vêm sendo prejudicados em virtude da situação cambial e de algumas posições fiscais, entre outras. Além disso, para se plantar uma floresta existe uma série de atividades que demandam tempo, entre elas levantamento e aquisição de terras, realização de georreferenciamento, licenciamento ambiental, teste de introdução clonal para a definição das melhores espécies, procedências e linhagens mais adequadas para cada local. Constituem também operações inerentes à silvicultura a montagem de viveiro, a compra de equipamentos - tratores, pás carregadeiras, caminhões, implementos agrícolas e outros -, a seleção e a contratação de pessoal, o preparo do solo, o efetivo plantio e, finalmente, sete anos para crescimento e maturação das árvores plantadas. Essas premissas deixam claro que o setor necessita de prazo para se mobilizar e implementar todas as medidas necessárias ao alcance da sustentabilidade.

Esse é um problema nacional e sem prazo de solução em nenhum Estado da Federação. Por sua importância no cenário nacional e particularmente no cenário florestal, Minas Gerais pode e deve ser o primeiro Estado a equacionar e resolver seu problema de suprimento florestal, principalmente em virtude de sermos o Estado com maior demanda de madeira do Brasil. As entidades vêm trabalhando em prol do aumento dos plantios desde o ano de 2000 e conseguiram sair dos 70.000ha desse período para 198.000ha em 2008.

Em 2007, a AMS e o Sindifer propuseram ao governo o Pacto da Sustentabilidade. Com base nesse documento, o Governador Aécio Neves criou a Câmara de Políticas de Desenvolvimento Florestal do Estado de Minas Gerais e o Polo de Excelência Florestal. Além disso, já vigorava a Lei Delegada nº 114, que representou o atendimento de antiga e importante reivindicação setorial de considerar o cultivo de eucalipto como atividade agrícola e que, apesar de óbvia, não foi implementada nas três décadas de cultivo em Minas Gerais, como se sabe.

O Governador Aécio Neves, com seu notório espírito público, sensibilidade política e conduta pautada na razoabilidade, na legalidade e na busca por desenvolvimento, atendeu ao pleito do setor produtivo e, com essa iniciativa, criou em Minas Gerais mais uma importante ferramenta desenvolvimentista. Desonerar o cultivo de eucalipto colocando-o em isonômica situação com as demais atividades agrícolas e adequadamente alocado, como as demais culturas, à competência da Secretaria da Agricultura era, mais do que um anseio setorial, uma necessária ação a fim de garantir o lugar de destaque de Minas na silvicultura brasileira e mundial. Dar eficácia a esta lei é imprescindível.

Nesse sentido, a apresentação do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 2.771 foi extremamente necessária. Esse substitutivo teve inspiração no competíssimo relatório do Deputado Jayro Lessa, que analisou a questão na Comissão de Fiscalização Financeira, mas que não foi apresentado por motivos regimentais. Esse trabalho representa uma análise profunda e detalhada do tema, feita com base nas diretrizes estabelecidas nas deliberações da Câmara de Governo. Trata a questão como um todo e observa com realidade e bom senso os pilares do desenvolvimento sustentado, qual seja, o social, o ambiental e o econômico. Preocupa-se, ainda, com o respeito às situações consolidadas, impedindo a injusta criminalização do produtor rural que, muitas vezes, por incentivo e estímulo governamental, encontrava-se instalado e produzindo. Dá tratamento virtuoso aos produtores que agem conforme as melhores práticas sociais e ambientais e penaliza quem degrada.

A criação do Pasf e do Crédito Verde são exemplos incontestáveis dessa política. É preciso premiar a virtude, é preciso respeitar as realidades consolidadas e é preciso, de fato, defender sistemas de desenvolvimento sustentado. É preciso, também, rever a questão do monitoramento, que, como proposto, se traduz em burocracia, onerosidade, bitributação, delegação da obrigação do exercício do poder de polícia à iniciativa privada, e tudo isso sem a certeza da eficácia.

Reiteramos que o setor já sugeriu ao governo a aplicação do bom exemplo existente no Estado de Minas Gerais, utilizado pelo IMA para os criadores de bovinos e frigoríficos. Minas Gerais conseguiu extinguir quase a totalidade dos abates clandestinos, bem como os problemas de ordem sanitária, ao colocar o IMA para fiscalizar diretamente o recebimento das cargas de bovinos nos frigoríficos. Como no exemplo citado, o setor também é caracterizado por uma cadeia produtiva que se compõe de milhares de produtores de carvão vegetal e de poucas unidades consumidoras, situação propícia a uma fiscalização mais completa, diretamente no local de consumo. São apenas 68 unidades de recebimento de carvão vegetal. É muito mais razoável fiscalizar essas unidades do que "chipar" e acompanhar 8 mil caminhões.

Assim, seria o caso de adotar o exemplo bem-sucedido nesse setor, o que garantiria uma fiscalização eficiente e a não delegação injusta e onerosa do poder de polícia ao setor produtivo. A medida que ora se apresenta está na contramão da política competente deste governo e também do cenário em que se insere toda a economia mundial. Representaria gastos superiores a R\$100.000.000,00 por ano, para um setor que já paga R\$30.000.000,00 referentes exatamente à taxa de fiscalização.

Apesar de entendermos que tal controle é ineficaz, considerando o que estabelecia o projeto original, sugerimos que tal monitoramento ocorresse apenas relativamente aos produtos de madeira nativa e que seu custo fosse embutido na taxa de fiscalização, que hoje é cobrada na cadeia de produção florestal e tem a seguinte definição legal: "A Taxa Florestal é contribuição parafiscal destinada à manutenção dos serviços de fiscalização e polícia florestal, a cargo do Instituto Estadual de Florestas, autarquia criada pela Lei nº 2.606, de 5/1/62, nos termos do Decreto nº 7.923, de 15/10/64, do Código Florestal - Lei Federal nº 4.771, de 15/9/65 - e de convênio firmado com o governo federal por intermédio do Ministério da Agricultura". A Taxa Florestal corresponde às atividades fiscalizadoras, administrativas e policiais, de competência do Estado relativamente ao setor.

Está claro, portanto, que a Taxa Florestal, já instituída em nosso ordenamento jurídico pátrio, tem natureza jurídica de tributo vinculado à contraprestação do serviço de fiscalização e de poder de polícia, a ser exercido pelo Estado de Minas Gerais, por via dos órgãos competentes. A forma pela qual o Estado exercerá essa fiscalização, esse poder de polícia, decorrerá de opção do órgão competente, observando-se os princípios que regem a administração pública, notadamente o da legalidade e o da eficiência.

Já existe cobrança da Taxa Florestal, que se traduz em preço fixo cobrado por unidade volumétrica de madeira processada, ou seja, está aí atendida a questão da especificidade e divisão proporcional. Quanto maior a quantidade de madeira processada, maior a necessidade de

fiscalização e, assim, maior a responsabilidade estendida ao contribuinte pelo custeio do exercício dessas funções.

O monitoramento eletrônico do carvão vegetal é proposto no Projeto de Lei nº 2.771/2008. Extrai-se do texto proposto a intenção de criar um mecanismo compulsório que, indiscutivelmente, tem por objetivo o exercício do poder de polícia, a fiscalização e a manutenção dos serviços de fiscalização e polícia florestal a cargo do IEF. Assim, é imperioso e legalmente exigido que tais procedimentos tenham como fonte de recursos para o seu custeio a já instituída e cobrada Taxa Florestal.

Não se pode permitir, por inconstitucional e ilegal, o "bis in idem". A nova medida de cunho fiscalizatório e de exercício de poder de polícia não pode representar a criação de ônus suplementar ao contribuinte, uma vez que, desde já, é cobrado tributo - Taxa Florestal - com o mesmo objeto, para prestação de serviço de mesma natureza. Se o Estado visa à modernização de sua prestação de serviços fiscalizatórios e do exercício de poder de polícia, deve fazê-lo de acordo com suas receitas, com os valores já recebidos do administrado - cliente para esse fim. Mais do que isso, deve fazê-lo de forma eficiente.

O modelo proposto apenas tem sentido na hipótese de representar um avanço nas práticas de fiscalização e de exercício de poder de polícia. Ou seja, a adoção do modelo, em tese, teria que dinamizar o exercício desses serviços estatais, dispensando outros ultrapassados, sendo uma alteração de meio na forma da condução desses serviços públicos.

Terminando, Sr. Presidente, o que se deve ter é uma mudança de forma, de forma a atingir e atender ao princípio administrativo da eficiência, e não um instrumento burocrático a se somar às práticas preexistentes, gerando nova e ilegal onerosidade ao setor produtivo mineiro. Permitir que tal ônus fosse criado seria afrontar a Constituição Federal tanto no conceito de "bis in idem" - duplicidade de cobrança do mesmo imposto - quanto no impedimento, por via de excesso de onerosidade, da liberdade da atividade econômica. O monitoramento é previsto no projeto como a ser feito por contratação indireta e custeado pelo produtor - e isso é um absurdo. Mais uma vez, resalto a grande importância do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 2.771, do governo do Estado. Essas eram as minhas considerações na tarde de hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Deputado Fábio Avelar* - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., as Deputadas, os Deputados, os nossos amigos que se encontram nas galerias e os telespectadores da TV Assembleia. Trago aqui hoje três assuntos. Inicialmente gostaria de fazer uma justa homenagem à cidade de Formiga, que, no próximo dia 6, comemorará 151 anos. Os meus cumprimentos e parabéns ao acolhedor e progressista Município de Formiga, que, atualmente, conta 66.800 habitantes e, como disse, no dia 6 de junho, comemorará seus 151 anos de fundação. Segundo a tradição popular, este nome - Formiga - foi dado por tropeiros em virtude do ataque de formigas aos seus carregamentos de açúcar. Por isso, foi chamado de Córrego da Formiga o riacho ali existente e o arraial por ele banhado desde a segunda metade do século XVIII. Diz o Hino de Formiga, em sua primeira estrofe: "Ó Formiga a quem tenho tanto amor/Nos teus campos de rara beleza/Tu confirmas com todo esplendor/Que do Oeste és a princesa".

Com justa razão os formiguenses se orgulham de seu Município. A cidade das areias brancas é dotada de um ótimo setor de comércio e serviços, que inclui concessionárias de veículos, motocicletas e caminhões, supermercados, lojas de departamentos, informática e autopeças, fornecedores de insumos agrícolas, bancos e prestadores de serviços.

No setor de turismo, há o Lago de Furnas, cercado de clubes e condomínios. A cidade tem ainda o Cristo Redentor, lagoas e cachoeiras em suas proximidades. Formiga dispõe de quatro rádios FM, uma rádio AM e um canal de televisão que gera sinal para toda a região, além de contar com três jornais impressos e com a revista "A Par". No setor de educação, a cidade possui 17 escolas municipais, 10 estaduais e 8 particulares. O Centro Universitário de Formiga oferece mais de 20 cursos superiores e de pós-graduação. Há um câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG -, que conta atualmente com cursos superiores e profissionalizantes. Há também, na cidade, o Centro de Vocação Tecnológica.

Formiga é uma cidade de tradições históricas e culturais, um verdadeiro orgulho para todos nós, mineiros. Por isso, parabéns ao Prefeito Aluísio Veloso da Cunha e a toda a sua equipe, à Câmara Municipal, em especial aos meus queridos amigos Vereadores Mauro César, Moacir Ribeiro e Meirinha, bem como a todos os formiguenses pela sua magnífica história, pelo seu desenvolvimento e grande futuro de harmonia e prosperidade que certamente os aguarda. Meus parabéns a todos.

O outro assunto que gostaria de ressaltar nesta tarde se refere ao nosso esporte. É sempre bom lembrar a importância do esporte para a integração social, aproximação e boa convivência entre os povos, além do valor que tem na promoção da vida humana, com o exercício de atividades saudáveis e motivadoras para o homem. Constatamos, cada vez mais, que na medida em que um país se desenvolve, maior e melhor será sua formação esportiva, especialmente de sua juventude, contribuindo para a elevação da qualidade de vida de todos e, conseqüentemente, para a redução dos índices de degeneração pelo uso de drogas e demais comportamentos inadequados. Por isso quero registrar, com satisfação, o recebimento do relatório encaminhado a este Deputado pela Federação Mineira de Judô - FMJ -, relativo ao ano de 2008. O documento, assinado pelo Presidente da entidade, Prof. Geraldo Brandão de Oliveira, encerra a segunda gestão e fecha, pela oitava vez, o calendário da FMJ. Demonstra, de forma clara e convincente, o avanço positivo da Federação e, em conseqüência, o próprio crescimento dessa modalidade de esporte em nosso Estado, fato que nos anima e cria uma expectativa positiva em relação ao futuro do judô em Minas Gerais. Eu, que tenho acompanhado de perto o trabalho do Prof. Geraldo ao longo de todos esses anos, posso dizer que a FMJ tem experimentado um novo período de desenvolvimento após o início de sua gestão. Tudo isso é fruto da competência, empenho e dedicação permanente do Prof. Geraldo e de sua diretoria. Esse ciclo de sucesso da FMJ tem apresentado grandes resultados para a entidade e seus filiados, culminando com a participação de nossos judocas em torneios nacionais e internacionais, como as Olimpíadas de Pequim e o Pan-Americano, com destaque para Luciano Correa nas Olimpíadas. Assim sendo, quero, nesta oportunidade, expressar a minha admiração e entusiasmo pelo trabalho realizado pelo Presidente da FMJ, meu amigo Prof. Geraldo Brandão de Oliveira, que não tem medido esforços para assegurar à entidade que preside os meios e recursos necessários à sua expansão e ao desenvolvimento de suas atividades gerais. Tenho acompanhado o trabalho do Prof. Geraldo há muitos anos e sou testemunha de sua dedicação e eficiência, não só como dirigente, mas também como professor do Colégio Militar, professor e dirigente da Associação Recreativa de Judô São Geraldo, na qual realiza importante trabalho social. O relatório da Federação revela também que houve aprimoramento do sistema de informação da entidade, aquisição de novas peças de tatame alemão, bem como novos placares eletrônicos, novos equipamentos para transporte desses placares, cronômetros digitais, além da realização de vários eventos no interior, e outros em níveis nacional e internacional em Minas Gerais, por meio da Confederação Brasileira de Judô. Houve também aumento significativo do número de filiados, de árbitros no quadro da Federação e no quadro nacional da CBJ. No exercício de 2008, ocorreu ainda um maior estreitamento das relações com a Secretaria de Esportes e Juventude - a quem cabe também uma referência especial pelo apoio que sempre deu à instituição. A FMJ, em razão do acerto de suas ações, formou novas faixas pretas e graus superiores. Por todo esse esforço e competência, parabéns à FMJ, especialmente ao Prof. Geraldo e sua equipe. Que o trabalho continue para o bem dos jovens, de todos os desportistas e para a sociedade em geral.

Como último assunto, Sr. Presidente, nestes minutos que me restam, faço uma referência especial a esta semana em que o mundo inteiro comemora a Semana do Meio Ambiente. Teremos várias comemorações. Algumas já aconteceram, como na Câmara Municipal de Belo Horizonte e em várias Câmaras Municipais de Minas Gerais, mas ainda teremos, na semana que vem, na próxima terça-feira, dia 9 de junho, a comemoração nesta Assembleia Legislativa. Aliás, essa data foi escolhida em virtude das inúmeras comemorações que estão sendo realizadas durante esta semana. Gostaríamos de, em primeiro lugar, agradecer aos nossos companheiros Deputados que deram seu apoio ao requerimento que apresentei aqui. Tive o apoio de praticamente todos os parlamentares desta Casa para que pudéssemos comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Saliento ainda que, todos os dias, em todos os anos, esta Assembleia procura homenagear pessoas ou entidades que, por uma razão ou outra, têm prestado relevantes serviços na questão ambiental e lutado pela preservação do nosso meio ambiente.

Várias entidades foram homenageadas aqui, como o Projeto Manuelzão, a Copasa, a Fundação Biodiversitas e o Prof. Hugo Werneck. Este ano, homenagearemos uma ilustre pessoa que praticamente dedicou e vem dedicando toda a sua vida à questão da preservação ambiental na região do Vale do Mucuri, com importantes trabalhos, aliás com um livro carinhosamente preparado por ela para todos nós. Faço questão de anunciar o nome de D. Alice, nossa querida ambientalista do Vale do Mucuri, que estará recebendo essa justa homenagem no próximo dia 5. Na oportunidade estaremos também lançando um livro, uma idéia do ex-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Sávio Souza Cruz. Esse livro sintetiza toda a legislação ambiental e será lançado no dia 5, dia em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente. Já temos confirmada a presença do Dr. José Carlos, Secretário de Meio Ambiente, que sempre tem prestigiado a nossa Comissão de Meio Ambiente. Gostaria também de salientar que no próximo dia 5, no Palácio da Liberdade, será realizado um evento muito importante na programação de comemorações dessa data relevante para todos nós: o Prof. Apolo, coordenador do Projeto Manuelzão, entregará. Ao Governador Aécio Neves, um relatório da expedição realizada de 8 a 30 de maio. Essa expedição percorreu todo o trecho do Rio das Velhas até Barra do Guaicuí. Ele nos informou sobre os avanços ocorridos nesse percurso em face dos programas e projetos implementados na Bacia do Rio das Velhas, fazendo referência especial à Copasa, que vem empreendendo esforço extraordinário para tratar o esgoto sanitário das cidades próximas ou que integram a Bacia do Rio das Velhas. Ele apresentará ao ilustre Governador esse relatório citando essas melhorias.

Também conseguimos aprovar na Comissão de Meio Ambiente - ainda não marcamos a data - um requerimento para que essa Comissão escute, em audiência pública, o nosso coordenador, Prof. Apolo, e toda a sua equipe, que farão um relato de todo o trabalho realizado desde o dia 8 de maio. O Prof. Apolo me disse que, mais uma vez, essa expedição foi um sucesso. Com grande satisfação, também nos informou que o Rio das Velhas já vem apresentando melhorias significativas, tornando realidade o nosso grande sonho: ver novamente o Rio das Velhas com abundância de peixes, como sempre teve. Em vários pontos do rio já foi constatada a presença de espécies de peixes que até então não se viam ali. Contudo, alertou-nos o Prof. Apolo sobre a necessidade de que façamos um apelo aos empresários que atuam na região. Foi constatado - teremos oportunidade de verificar isso nas nossas audiências - um problema grave relacionado aos dejetos industriais lançados no Rio das Velhas. É necessário um esforço extraordinário de todos os empresários por meio da Fiemg, que congrega cerca de 32.000 associados dos 42.000 empresários existentes no Estado. Agradecemos a oportunidade, Sr. Presidente, e contamos com o apoio de todos os ilustres colegas Deputados para prestigiarem as atividades do Dia Mundial do Meio Ambiente, data importante para refletirmos e mostrarmos, mais uma vez, o que significa a questão ambiental perante esse grande desafio que a humanidade enfrentará, como o aquecimento global, as alterações climáticas, enfim, tudo o que está acontecendo hoje com o meio ambiente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha na Casa do povo mineiro e pela TV Assembleia, inicialmente, a exemplo do Deputado Fábio Avelar, quero congratular-me com toda a população da nossa querida e bela cidade de Formiga pela passagem do seu aniversário. Estarei lá ainda esta semana. A cidade está em festa com as atividades da exposição agropecuária.

No início desta semana, mais precisamente no dia 1º, comemoramos mais um aniversário das nossas queridas Divinópolis e Bom Despacho. Felizmente, em que pesem as crises que estão aí, o nosso Centro-Oeste mineiro nos dá motivos de orgulho. É uma região de gente trabalhadora, séria, exatamente no estilo do povo das nossas Minas Gerais, que enfrenta a crise com muito trabalho, criatividade e luta. E é justamente por estar preocupado com o trabalho e a luta de nossa gente, especialmente daqueles que atuam no campo, e por estar observando todo o segmento produtivo do Estado - a indústria e o comércio - que faço uma reflexão aqui sobre o Projeto de Lei nº 2.771, que tramita nesta Casa e propõe alteração na Lei nº 14.309, de 2002, que dispõe sobre a política florestal e de proteção à biodiversidade.

A primeira constatação a ser feita em relação a esse projeto é que devemos dispensar uma atenção especial a ele, devido ao zelo, ao respeito, ao cuidado e à responsabilidade que precisamos ter com as questões do meio ambiente, sem sairmos por aí criando ficções ou estabelecendo situações absolutamente injustas, principalmente para o produtor rural. Temos visto pessoas que, por desconhecerem a realidade rural - algumas acostumadas a gabinetes, à vida estritamente urbana -, tentam imputar ao trabalhador e produtor rurais a condição de vilões da história, como se tudo estivesse muito bem nas cidades. Nos últimos séculos, houve grande migração da população para as áreas urbanas. A concentração de pessoas necessárias aumentou muito, o que ampliou as cidades, que muitas vezes são favelizadas e abrigam pessoas que vivem em condições de miséria e violência.

Com frequência, essas cidades, que também reúnem os núcleos industriais, acabam transformando-se em ambientes com uma qualidade de vida insuportável. A poluição, a destruição do meio ambiente saltam aos olhos. Todos temos de nos empenhar para, de alguma forma, combater ações que agridam o meio ambiente. Devemos fazer isso no dia a dia, cada um na sua própria vida, desde o processo de coleta seletiva do lixo até a reciclagem do máximo de matéria possível, incluindo também a diminuição do consumo exagerado e o controle rigoroso das atividades poluentes. É duro ver essas pessoas muito ligadas à área urbana partirem para o ataque contra os trabalhadores rurais, como se o desastre ambiental que se apresenta fosse culpa do produtor rural. Começam, aliás, a querer impor a nós determinadas linhas de raciocínio equivocadas, como se a culpa por todo o processo de aquecimento global, pelas mudanças climáticas fosse da atividade agropecuária, do produtor rural, que vem sendo multado, agredido, tratado como criminoso com frequência e sendo vítima da produção de normas, muitas das vezes, elaboradas por quem não conhece a realidade.

Faço essas observações, mas quero também fazer uma ponderação para que quem está me ouvindo não se precipite e imagine, por exemplo, que não me preocupo com o desmatamento, que não me preocupo com as queimadas. Muito pelo contrário, preocupo-me muito com esses problemas e condeno profundamente o que está sendo feito com a Amazônia - o desmatamento, as queimadas, praticados de maneira indiscriminada. E isso não preocupa apenas a mim, mas a todos os produtores rurais. Por isso, é preciso começar a analisar essa realidade de uma forma mais ampla, enxergando o planeta como um todo. Mas, como estamos em Minas Gerais, legislando sobre a realidade mineira, temos de, no mínimo, enxergar a realidade mineira e brasileira.

Deputado Fábio Avelar, é um equívoco alguém discutir o Código Florestal Brasileiro, a lei que regula nossas atividades florestais, as regras para a atividade de produção no campo e para a utilização do solo e das águas, as quais estão previstas no Código Florestal e agora, de um modo especial, no Código Florestal de Minas. É um equívoco alguém tentar imaginar uma legislação que trate igualmente a Amazônia, o Pantanal e as áreas produtivas de Minas Gerais - o Sul de Minas, o Centro-Oeste mineiro, o Triângulo, enfim, todo o Estado de Minas Gerais ou a sua grande maioria, onde a agricultura já está consolidada e milhões de pessoas dependem da atividade produtiva, que abrange a produção de café, de leite, de diversas carnes, de madeira proveniente de florestas plantadas, sobretudo de eucalipto, plantado para viabilizar a realização de tantas atividades humanas e industriais, baseadas, especialmente, no carvão vegetal. Essas atividades são necessárias. Não se trata apenas de dizer: "vamos parar com isso e não utilizar mais a madeira". Se olharmos à nossa volta, vamos encontrar alguma madeira fazendo parte de nossa vida, vamos encontrar algum metal que foi processado num alto-forno que utilizou o carvão vegetal. São itens que estão incorporados à vida do ser humano e que são necessários. É possível continuarmos tendo esses bens de consumo que vão desde o telhado da nossa casa a um aparelho de cirurgia numa mesa cirúrgica, ao talher que você usa para se alimentar e o próprio alimento que você consome. Tudo isso é possível compatibilizado com o meio ambiente.

E aonde quero chegar quando digo que não se pode tratar de maneira igual situações desiguais? Não podemos querer a mesma legislação para tratar da utilização do solo de questões florestais e da produção de alimentos em Minas Gerais e na Amazônia. São realidades diferentes. Se se fizer uma legislação absurdamente rigorosa, que trata o produtor rural como bandido, como criminoso, aqui em Minas, em São Paulo, no Sul do País, onde a atividade agrícola já está consolidada, implantada, produção de alimento se tornará tão difícil que empurraremos a produção agrícola para novas fronteiras, como o Pantanal e a Amazônia. Cria-se uma lei burra, que proíbe a produção em locais onde essa atividade já faz parte da vida das pessoas e já está consolidada; dificulta-se essa produção onde ela já se incorporou ao meio ambiente, estimulando-se, de alguma forma, a invasão de áreas nativas. Por exemplo, se dificultarmos o plantio de floresta artificial, o plantio do eucalipto, às vezes, para

arar um pasto, uma braquiária e plantar o eucalipto, o produtor rural passa por uma penúria. Pior, por cortar esse eucalipto ele é visto quase como um bandido.

Se dificultarmos o plantio do eucalipto, estimularemos indiretamente o corte de mata nativa, porque o preço do carvão fica muito alto. As pessoas não querem saber de plantar o eucalipto, de mudar a atividade agrícola, porque a burocracia é muito grande; por causa das multas, do tratamento agressivo ao produtor rural por algumas autoridades florestais, como se fosse ele o culpado pelo aquecimento global e por todos os males.

Agora, a cidade, não! A frota de veículos cada dia maior não tem nenhuma responsabilidade; os esgotos lançados no rio sem nenhum tratamento também não têm. A usina atômica de Angra 3, autorizada pelo Ministério do Meio Ambiente, com produção de energia nuclear, o vazamento que houve e ninguém esclareceu. Para nada disso existem outros culpados. Isso deixou de ser preocupação de alguns ambientalistas e de algumas ONGs. O produtor rural é o culpado.

Ao analisarmos essa lei, temos de ter algumas questões em mente. Precisamos preservar o meio ambiente, mas não podemos ficar intimidados de fazer a defesa de quem trabalha, de quem produz e de dizer que aqui em Minas necessitamos de uma lei que estimule a floresta plantada, pois ela é um benefício para a natureza e para evitar o desmatamento de floresta nativa.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Agradeço-lhe, Deputado Domingos Sávio, esta oportunidade. É um momento importante nesta Casa para debatermos assunto tão sério. Acredito que V. Exa. esteja fazendo referência ao Projeto de Lei nº 2.771/2008, do governo do Estado. Pelo que observei, V. Exa., em alguns pontos do discurso, fala sobre esse projeto.

Antes de falar especificamente dele, gostaria de dizer que todos temos de ter como obrigação primeira a preocupação ambiental. No meu entendimento, a questão ambiental é nova, pois há 40 ou 50 anos ninguém falava em preservação. Estamos vendo hoje, na prática, o que está acontecendo com o meio ambiente. É desnecessário dizer que já são uma realidade o aquecimento global, as alterações climáticas, os problemas seriíssimos que podem acontecer em virtude de tudo isso. Então, é uma preocupação que tem de ser da humanidade. Se não o for, estaremos cometendo um suicídio coletivo, pois todos dependemos do meio ambiente. Esta é a primeira reflexão que faço.

Por outro lado, não podemos desprezar também a importância de qualquer atividade econômica. Esta Casa foi muito feliz quando alterou o nome da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais para Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da qual tenho a honra de ser o Presidente hoje. Então, são argumentos que deixam claro que a Assembleia e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável se preocupam com a questão ambiental sem deixar de lado o desenvolvimento.

Agora, com referência a esse projeto, considero o momento oportuno, mas gostaria de fazer algumas considerações, e aí pediria ao nosso Presidente, tendo em vista a importância do tema, que concedesse alguns minutos a mais tanto para mim quanto para o Deputado Domingos Sávio. Esse debate que se inicia nesta Casa é importante, e lamento, Deputado Domingos Sávio, que não tenha acontecido há algumas semanas. Lembro-me muito bem de que, quando esse projeto foi encaminhado à Casa prudentemente pelo Governador Aécio Neves, tive o privilégio de ser, na Comissão de Meio Ambiente, o seu relator. E, como relator, procurei, com meu estudo e posicionamento, levar em consideração o aspecto ambiental e a atividade econômica - e não podia ser diferente. Lembro-me muito bem de que, a partir da ideia do Deputado Almir Paraca e do requerimento de sua autoria - que endossamos e aprovamos -, realizamos, na nossa Comissão, uma memorável audiência pública que contou com a participação de quase 100 pessoas, Deputado Domingos Sávio, representantes dos diversos segmentos da sociedade - Secretaria de Agropecuária e de Meio Ambiente, Faemg, Fetaemg, produtores, Sindifer. E algo que me preocupa e que, de certa maneira, deixa-me frustrado é que, no momento em que debatíamos profundamente o assunto, pouquíssimas sugestões foram apresentadas a este Deputado como relator.

Todos conhecemos esta Casa, e já ouvi rumores e comentários sobre o meu parecer, mas gostaria de salientar para os colegas Deputados presentes e para as pessoas que nos ouvem que procurei fazê-lo preocupado com a questão ambiental e com a atividade econômica. Posso não ter atendido a todos, talvez pela falta de um maior debate que infelizmente não ocorreu nessa audiência pública. Ela contou com a participação de 100 pessoas, mas, na realidade, não ocorreu um debate intenso. Cumprimento V. Exa. e acredito que ainda está em boa hora - o projeto está em análise em 1º turno, e ainda teremos o 2º turno. Estamos abertos para conversas. Não fui procurado, mas certamente o projeto retornará à Comissão de Meio Ambiente, e estamos à disposição de todos para debater um projeto tão importante. Obrigado, Deputado, pela paciência e pela oportunidade.

O Deputado Domingos Sávio* - Deputado Fábio Avelar, sou eu que lhe agradeço muito. Quero primeiro cumprimentá-lo por seu trabalho, ao qual não cabe reparos, pois é de um Deputado sério, correto, preocupado com as questões ambientais. O momento na discussão da Comissão de Meio Ambiente era justamente para esse enfoque corretíssimo. Nós, da Comissão de Agricultura, fizemos um requerimento solicitando que o projeto também fosse para lá, pois é indiscutível que seria muito proveitoso a nossa Comissão debater uma proposição que tratará desse tema, em especial de uma política florestal para o nosso Estado - e não são apenas as florestas nativas, mas também as plantadas, além das atividades agrícolas. Infelizmente a Mesa não acolheu esse pedido. Agora o projeto está em discussão, e vem a fase em que - acredito - será mais aperfeiçoado sem prejuízo da valiosa contribuição do Deputado Fábio Avelar.

Queria já destacar que estamos trabalhando na elaboração de uma proposta de emenda - nessa fase de discussão, o projeto pode receber emendas no Plenário - que deverá se dar na forma de um substitutivo em que tudo de positivo - e há muitas coisas extremamente positivas - apresentado pelo Deputado Fábio Avelar deverá ser contemplado e também poderemos nos aprofundar mais no que diz respeito à floresta plantada, que é uma atividade agrícola, produtiva, precisando, em um primeiro momento, ao ser implantada, da licença ambiental. A partir daí, ela tem de ser tratada como atividade produtiva, assim como o café, o milho, o feijão, a cana. Senão, daqui a pouco, vai ter de levar todas essas atividades produtivas para a Secretaria de Meio Ambiente, e não para a Secretaria de agricultura, como entendemos que elas devem estar geridas enquanto atividade produtiva.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar V. Exa., sempre atento especialmente aos problemas do homem do campo, sem perder de vista, obviamente, o crescimento e o desenvolvimento sustentável, que é esse equilíbrio entre o produtor e a proteção do meio ambiente. É óbvio que todos estamos preocupados com o meio ambiente. Temos filhos, queremos que os nossos netos tenham uma convivência melhor com o meio ambiente - melhor ainda que a que temos hoje. Dependemos muito da nossa água. Água é vida, precisamos muito dela, das nossas florestas, e temos de estar sempre atentos.

Mas não podemos permitir que o pequeno produtor, que a agricultura familiar, aquela pessoa do campo que produz e traz o alimento para as nossas mesas fique prejudicada por uma legislação que pode ser aperfeiçoada, que pode retirar dali gargalos, pontos que muitas vezes não refletem. O legislador, ilustre Deputado Domingos Sávio, deve ser um observador atento aos fatos sociais. A evolução do direito requer esse olhar da evolução e do fatos. São os fatos sociais que nos levam a legislar, levam-nos a observar aquele comportamento da sociedade e o conjunto de fatores ali incluídos. Nesse aspecto, o ponto que V. Exa. observa é a questão da relação de meio ambiente com a questão do produtor.

Tivemos aqui um outro decreto, extremamente draconiano, que fazia com que o produtor rural que faria uso apenas de uma pequena mina na sua pequena propriedade enfrentasse toda aquela burocracia. Eu passei por uma situação como essa e digo que é muito difícil. Um cidadão

mediano não tem condições de ir aos órgãos ambientais - Feam, Igam, IEF -, a fim de conseguir a liberação. Ele tem de contratar um técnico, porque não dá conta de sequer interpretar os dispositivos técnicos do formulário que esses órgãos distribuem.

Portanto, é necessário avançar. V. Exa. faz uma intervenção muito pertinente, e temos de apoiá-lo nesse sentido. Estaremos aqui, inclusive, para aperfeiçoar o projeto e dar condição de trabalho ao homem do campo, ao produtor rural, àquela pessoa que está produzindo para colocar na nossa mesa o chamado pão nosso de cada dia, para que tenha condições de fazer isso sem sofrer a guilhotina da lei. É isso que devemos fazer como legislador: observar os fatos sociais, o seu contexto, e procurar o equilíbrio. E é isso que V. Exa. apresenta. Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que estaremos aqui também para apoiar essa iniciativa e os projetos nesse sentido. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio* - Sou eu que agradeço, Deputado. Concluindo, Sr. Presidente, registro que nós, ao lado de vários outros colegas desta Casa, estaremos protocolando um substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.771, no qual teremos todo o carinho, todo o cuidado com o meio ambiente, deixando bem claro o nosso compromisso de preservação ambiental e de uma política de preservação das nossas matas nativas. Mas, ao mesmo tempo, estaremos estabelecendo, com clareza e respeito ao produtor, regras claras para a floresta plantada. Ou seja, a cultura, o plantio de uma floresta como uma forma até de evitar o desmatamento das florestas nativas. E fazer isso sem burocracia, sem um inferno de multas ao produtor rural, dando, portanto, um tratamento justo, respeitoso, a quem quer produzir, trabalhar, e vai fazer isso respeitando o meio ambiente. É possível conciliar as duas coisas: respeitar o meio ambiente e ser produtor rural. O que nós, que estamos com o papel de ser governo, de ser legislador, temos de fazer é uma legislação mais justa, mais adequada, para que o produtor rural, o trabalhador, não fique sistematicamente sendo até mesmo agredido como se fosse um criminoso porque quer trabalhar, quer produzir os alimentos dos quais todos precisamos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Presidente Hely Tarquínio, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, inicialmente cumprimento o Deputado Hely Tarquínio pelo pronunciamento. Não estava em Plenário, mas tive, em reunião no gabinete, a oportunidade de acompanhá-lo e concordar com boa parte dele, principalmente no que se refere à importância da retomada do planejamento, à civilidade nas relações políticas entre governo e Oposição, resguardadas as diferenças e as divergências, quando está em jogo o interesse público, o interesse de Minas Gerais.

Sabemos da importância do Processo. Lógico, é um programa que tem de estar associado a outros, de cunho econômico e social, para promover o desenvolvimento com justiça social. Entretanto, sem dúvida, o asfaltamento nas ligações entre os Municípios é importante por trazer conforto e mobilidade e por incentivar o crescimento econômico. Tudo que está e que estiver ao nosso alcance, nesta Assembleia, faremos para permitir ao governo do Estado a execução do Processo. Por isso tivemos participação ativa na negociação que autorizou o Estado a contrair empréstimos da ordem de US\$260.000.000,00. Pela manhã, foi autorizada a contratação, por meio de operações de critérios, de R\$135.000.000,00, também para o Processo, para a região do Vale do Rio Doce.

Todavia, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para continuar a discussão do Projeto de Lei nº 2.771/2008, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Esse projeto está alterando uma legislação de 2002. Hoje mesmo alguns Deputados já se pronunciaram sobre ele, que é polêmico. Tenho uma solicitação de inclusão do projeto na pauta desta Casa com prioridade, uma vez que ele perdeu prazo na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. O próprio Governador do Estado já manifestou sua disponibilidade, ou melhor, mais que isso, seu interesse de que a Assembleia agilize a tramitação desse projeto. Criou-se uma situação "sui generis" no Legislativo: a Oposição solicitou a urgência no projeto, a pedido do Governador, e esse pedido foi derrotado hoje, em Plenário, pela base do governo. Coisas da política em Minas Gerais.

Fizemos essa solicitação de aceleração da tramitação e da votação do Projeto nº 2.771/2008 porque ele é importante para Minas Gerais. Na semana passada, tivemos uma triste notícia. Minas Gerais é campeã em desmatamento de mata atlântica. Nosso Estado tem desafios ambientais gravíssimos a enfrentar. Sabemos que um Estado minerário, que utiliza a lenha e os derivados praticamente em 33% da sua produção de energia primária, requer cuidados ambientais com suas matas nativas. Destaco que não se trata de opor ambientalistas a produtores rurais. Essa seria uma falsa polêmica. Um conceito muito mais moderno e avançado poderia nortear o debate na Assembleia: o conceito de desenvolvimento sustentável. O importante será definir como construir um modelo de desenvolvimento em Minas que aproveite suas vocações, até mesmo a minerária, desde que respeitando o meio ambiente e criando condições para a sustentabilidade desse modelo. Nesse sentido, é preocupante que a lenha e os derivados respondam por 33% da produção de energia primária. É preocupante que, no ano de 2007, o consumo de carvão vegetal no Estado tenha utilizado 44%, o equivalente a 9.800.000m³, originados de florestas nativas. Sabemos que a preocupação com preservação ambiental é estratégica, até mesmo para o desenvolvimento econômico. Temos de diversificar nosso modelo econômico. A crise econômica, que trouxe tantas preocupações e aflições, também nos revela sinais de superação de modelo. O nosso modelo econômico em Minas ainda é refém do agronegócio e da siderurgia. Um modelo colonial. Fato é que 54% das nossas exportações ainda dependem do café e do minério de ferro, por isso é importante diversificar a economia e agregar valor a ela. Em 2002, surgiu uma lei até bem-intencionada, mas que praticamente extinguiu limites para o consumo de carvão originário de florestas nativas, prevendo uma reposição florestal paga em dobro. Entretanto os mecanismos de fiscalização foram e ainda são insuficientes ou mal-aplicados, mal-utilizados. Daí a preocupação do Projeto de Lei nº 2.771, do Governador, que, a meu ver, foi aperfeiçoado com o Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente. Não vou entrar nessa polêmica, porque a redução da polêmica dessa matéria, para quem fiscaliza floresta de eucalipto plantada, é para fechar os olhos para pontos muito importantes do projeto. Para ser sincero, essa questão da fiscalização sobre florestas plantadas ainda será melhor discutida na Bancada do PT, e o tempo regimental assim o permite.

O que queremos é a votação do projeto em 1º turno, e, obviamente, ele voltará para as comissões, ocasião em que haverá o 2º turno para aperfeiçoá-lo. O substitutivo da Comissão de Meio Ambiente vai muito além disso, já que prevê, por exemplo, a implantação de um sistema eletrônico de rastreamento do transporte de produtos e subprodutos florestais no Estado, permitindo um controle eficiente dos pontos de carga e descarga desses produtos, aliando-se, dessa forma, o controle da produção e o consumo desses insumos. É muito difícil diferenciar o produto originário de floresta nativa do originário de floresta plantada. É preciso sabermos de onde veio esse produto. Esse projeto prevê a substituição do consumo de produtos de origem nativa por aqueles originados de plantações florestais e florestas manejadas, com o estabelecimento de limites decrescentes de consumo de insumo de origem nativa. Foi isso que o Governador disse na semana passada, ou seja, de 2009 a 2013, haverá a utilização de até 15% e, de 2014 até 2017, a utilização de até 10%. A partir de 2008, será somente de até 5% a possibilidade de consumo de insumo de origem nativa. Talvez seja esse o ponto principal do projeto para quem for fiscalizar plantação de floresta de eucalipto.

Até aqui, é relevante o trabalho da silvicultura em Minas Gerais, visto que ela cumpre um papel econômico importante e é um setor que eu respeito muito, mas, da forma como o debate está sendo feito, ao dizer que faltará comida na mesa do trabalhador, parece-me um pouco equivocada essa forma de falar, até porque ainda não sei qual é a utilização do consumo humano de eucalipto, mas acho que ele ainda não é utilizado na política de segurança alimentar, pelo contrário, ele é um insumo energético. Quem põe comida na mesa do trabalhador é a agricultura familiar, e ela, como tudo aquilo que é cultivado, uns mais outros menos, precisa de um bem essencial, sem o qual nós, seres humanos, não vivemos, que é a água. É por isso que temos de nos preocupar, porque o desmatamento prejudica os nossos mananciais. Não adianta ter cultura ou indústrias siderúrgicas se faltam os mananciais de água preservados. Não adianta a exploração do minério de ferro se não se preocupa com as nossas nascentes. Precisamos compatibilizar essas atividades. Ninguém deseja retirá-las da economia mineira, até porque a nossa economia depende delas, está no nome: Minas Gerais. Sabemos o peso da mineração na nossa economia, mas temos de limitá-la para o bem da sustentabilidade.

Esse substitutivo da Comissão de Meio Ambiente estabelece regras rigorosas no que se refere ao não cumprimento dos cronogramas de

suprimento estabelecidos, o que é importante. Não é possível dependermos do desmatamento das nossas matas nativas para o insumo energético, hoje na ordem de 33%. Esse substitutivo institui o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos com a finalidade de harmonizar as medidas emanadas do Sistema Nacional do Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e institui penalidades maiores para reposição florestal pelo consumo de produtos de origem nativa. Agora, é lógico que queremos também, de maneira correta, com muito bom senso, hierarquizar os critérios, diferenciar aquele pequeno produtor do grande produtor das florestas plantadas. Queremos evitar que aquele que planta uma floresta, depois de aproveitá-la, aproveite também a mata nativa que está ao lado. Isso deve ser controlado, porque, muitas vezes, essa mata é insubstituível. A mata atlântica está indo embora. Esse discurso de opor o produtor rural a uma preocupação ambiental não é o melhor caminho, até porque o produtor rural medianamente informado, aquele que quer preservar a sua condição de cultivo e a água - os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Carlos Mosconi sabem disso -, que é um bem fundamental, sabe que não há nenhum cultivo sem a água. A água é um bem fundamental para a criação, para o ser humano e para a agricultura. Então, devemos discutir essa questão.

Queremos alertar sobre a importância desse projeto. Se é necessário um debate maior, que o façamos. Se esse substitutivo da Comissão de Meio Ambiente está sendo bombardeado, vamos também revê-lo, vamos averiguar a possibilidade de entendimento. Mas isso deve ser feito dentro de um prazo, porque, muitas vezes, o impasse é estratégia de protelação de uma situação cômoda para aqueles que querem utilizar de maneira desregrada as nossas matas nativas. E nesse ponto a Oposição está concordando com o Governador. Seria bom que, além das declarações, os operadores do governo aqui - Líder do Governo, Líder da Maioria - fizessem um esforço redobrado para agilizar as negociações, de modo que as palavras do Governador surtam efeito e gerem consequências políticas na Assembleia. Hoje mesmo foi derrotado um requerimento de minha autoria que solicitava que o projeto fosse votado em primeiro lugar, sendo que o requerimento aprovado colocou-o para ser votado em último lugar. Hoje estamos aqui, o PT está aqui, e não há quórum para votação do projeto. Queremos colocá-lo em votação, até para que ele receba as emendas, para que as emendas retornem às comissões de mérito, que, de maneira sensata, devem construir um consenso.

É natural e normal a divergência; respeito as opiniões e os pontos de vistas existentes, mas quero reafirmar: não se trata de opor o produtor rural a uma bancada urbana insensível à produção. Isso não é verdade; isso é argumento falso. Trata-se de opor a ganância dos poderosos ao modelo econômico que respeita o meio ambiente. Não se trata de uma bancada urbana contra uma bancada rural. Trata-se de construir no Estado de Minas um modelo de desenvolvimento sustentável que compatibilize respeito ambiental, crescimento econômico e justiça social. Acho que, dessa forma, chegaremos a um consenso. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, Sr. Deputado Adelmo Carneiro Leão, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna fazer um comentário a respeito da reunião da Comissão de Saúde realizada hoje pela manhã, em que tratamos de um tema extremamente importante: o funcionamento das clínicas odontológicas chamadas "populares". Farei um comentário mais rápido sobre isso, porque depois vou tratar de outro assunto, mas não posso deixar de me referir a essa reunião em que se discutiu tema tão importante e que foi sugerida pelo Deputado Délio Malheiros e realizada com a presença do Presidente do Conselho Regional de Odontologia e de representantes da Associação dos Dentistas de Minas Gerais, do Sindicato, da Vigilância Sanitária, das Secretarias de Saúde do Estado e do Município de Belo Horizonte, do Ministério Público e de vários parlamentares.

Essa reunião foi ensejada por uma matéria publicada numa edição do "Estado de Minas" de algumas semanas atrás, a qual trouxe uma reportagem bastante ilustrativa sobre o assunto. Sabemos que essas clínicas, que oferecem um serviço utilizado por milhares de pessoas, existem no Estado e em todo o País e proliferaram-se de maneira - podemos dizer - exagerada. O que se questionou na matéria e, hoje, na reunião da Comissão de Saúde, foi a legalidade do funcionamento dessas clínicas. Segundo a própria reportagem, algumas funcionariam sem nenhuma vigilância ou autorização, com os dentistas trabalhando em condições absolutamente precárias, sem conseguirem oferecer um atendimento ao menos razoável aos clientes que procuram essas clínicas. No fim, a população acaba sendo lesada com esse tipo de atendimento.

Vou voltar a esta tribuna para tratar mais desse assunto. Nessa reunião vários aspectos foram discutidos e salientados. Abordou-se, por exemplo, a questão de que as clínicas, ainda que sejam "populares", como são chamadas, também têm condições de prestar um bom atendimento à população. É bom lembrar que essas clínicas atendem um contingente da população que estava mais ou menos afastado, marginalizado, uma vez que o serviço público de saúde ainda não assimilou a saúde bucal como uma obrigação do sistema. Somente agora vemos iniciativas que têm em vista a melhora da saúde bucal e um maior enfrentamento do problema, com a inclusão dos dentistas nos programas de saúde da família e com a criação, tanto pela Secretaria de Estado quanto pelo Ministério da Saúde, de clínicas especializadas. São iniciativas que já vão mudando o panorama relativo à saúde bucal. Mas tínhamos - e infelizmente ainda temos - um grande contingente da população brasileira marginalizada no que se refere a esse tipo de atendimento. Na verdade, se essas clínicas trabalhassem bem - dentro da legalidade e em condições adequadas, podendo oferecer um atendimento de qualidade à população -, terão um serviço inestimável a prestar. Isso foi muito bem exposto e ficou claro para todos nós. Certamente vamos aprofundar essa discussão na Comissão de Saúde, para apresentarmos sugestões de interesse da população.

Sr. Presidente, não posso deixar de abordar também um tema veiculado ontem e hoje pela imprensa e muito interessante para Minas Gerais e para a política mineira, especialmente para o meu partido, o PSDB.

Trata-se de uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa DataTempo, do jornal "O Tempo". Foi feito um levantamento para as eleições do próximo ano, com avaliação do governo Aécio Neves e projeção para Governador e Senador. Os índices alcançados pelo Governador Aécio Neves são absolutamente inéditos no Brasil, não há nada parecido. Ele obteve 73,4% de "ótimo" e "bom", e 14,3% de "regular" e "positivo", chegando a um índice final de 87,7% de avaliação positiva. Esse é um dado absolutamente inédito no Brasil, principalmente por estar no penúltimo ano do segundo mandato, quando poderia haver algum desgaste. Pelo contrário, os índices de avaliação do Governador Aécio Neves vão crescendo. E os dados para Presidente da República em Minas Gerais são inacreditáveis: mais de 70% para o Governador Aécio Neves, enquanto a 2ª colocada, Ministra Dilma Rousseff, obteve 11,2%. A diferença é inacreditável. Trago esses dados à tribuna porque são muito positivos para Minas Gerais, mostrando que o Estado tem um grande Governador, que faz um excepcional governo em Minas Gerais e tem a compreensão e a avaliação positiva da absoluta maioria do povo mineiro. Além disso, caro Presidente, a pesquisa se estende ao governo de Minas Gerais para o próximo ano. E, de uma forma surpreendente, o nome que sai em 1º lugar em um cenário possível é o do Senador e ex-Governador Eduardo Azeredo. No cenário com Hélio Costa e Fernando Pimentel, fica em 2º lugar, com ligeira vantagem para Hélio Costa; em outro cenário, obtém 35,3%, com vantagem em relação ao Ministro Hélio Costa, que obteve 32,9%, e Patrus Ananias, que obteve 12,6%. Essa pesquisa avalia também cenários sem o Senador Eduardo Azeredo, com o Vice-Governador Antônio Anastasia, que já aparece com alguma expressão de forma crescente. Ele, que ainda não tem o conhecimento popular, obteve pouco acima de 5%. No meio das pessoas que o conhecem, ele tem uma avaliação extremamente positiva.

Faço esta observação com inteira satisfação e sentido de justiça ao Senador Eduardo Azeredo, que foi um grande Governador de Minas Gerais há 10 anos e Prefeito de Belo Horizonte com altíssima avaliação. Considero uma honra ter sido Secretário de Assuntos Municipais de seu governo em Minas Gerais e sei da sua honradez, sua dignidade, sua honestidade e da maneira extremamente proba com que governou Minas Gerais. Depois, em razão dessa questão eleitoral, passou a ser responsabilizado, entre aspas, por envolvimento em uso indevido de recursos financeiros para sua segunda campanha eleitoral. De uma forma extremamente violenta e cruel, teve sua dignidade manchada em razão de uma acusação sem prova até o dia de hoje.

Essa é a verdade. Ele está pagando um preço, sofrendo demais, com sua família, seus amigos e correligionários, em razão de um crime que, de maneira alguma, cometeu. Essa pesquisa resgata a dignidade e a honradez do Senador Eduardo Azeredo. O povo mineiro o tem em alta conta. Se não fosse assim, ele não estaria tão bem nas pesquisas como se encontra agora. Na pesquisa para o Senado, ele aparece junto ao ex-Presidente Itamar Franco, grande figura da política mineira e nacional, e ao Ministro Hélio Costa, e se encontra numa posição preferencial, com 24,5%, seguido de Itamar Franco, que está com 21%, e Hélio Costa, que tem 20%. Numa outra posição, ele está um pouco abaixo do Ministro Hélio Costa. Sr. Presidente, tenho enorme satisfação em vir a esta tribuna fazer esse comentário e trazer ao conhecimento de Minas Gerais essa pesquisa do jornal "O Tempo", que coloca o Senador Eduardo Azeredo como uma figura ainda proeminente, felizmente, da política mineira, tendo ainda muito a oferecer, com seu trabalho e competência, ao nosso Estado de Minas Gerais.

Quereria trazer também ao conhecimento da Casa que o PDT nacional esteve ontem em Minas Gerais. O Carlos Luppi, Ministro do Trabalho, esteve reunido com seu partido, PDT, em Belo Horizonte, e, nas conversas que ocorreram - a imprensa noticia isto com muita clareza -, houve manifestação favorável desse importante partido nacional ao Governador Aécio Neves. Então, manifestou-se a intenção de apoiar o Governador, como já o fizeram outros partidos que aqui vieram e tiveram reuniões com o Governador: PR, PTB, PSB e PPS.

Sr. Presidente, penso que essas notícias são importantes e alvissareiras para o Estado de Minas Gerais. Isso mostra, de forma inequívoca, a posição de destaque em que se encontra hoje o Governador Aécio Neves, que está pronto para disputar as prévias no PSDB. Faremos força para que ele vença as prévias e seja o candidato do partido, juntamente aos demais partidos da nossa aliança e à Presidência da República, colocando Minas Gerais, depois de algum tempo, em condições de administrar novamente o nosso país. Por outro lado, isso resgata a trajetória política de um grande político de Minas Gerais, que tem grande preferência da população, o Senador Eduardo Azeredo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, minha presença no Plenário hoje se justifica em função de uma realidade que considero extremamente relevante. Minas Gerais, Estado minerário, enfrenta agora uma redução na exportação de minério de ferro, sobretudo para a China e outros países da Ásia. Estamos vendo o setor minerário de forma um pouco estranha em relação ao que o governo federal não investe no setor geológico. O DNPM está praticamente em greve no Estado de Minas Gerais. Há milhares e milhares de processos, poucos servidores, poucos funcionários, exatamente no momento em que a própria Codemig, órgão do governo do Estado, contrata empresas de geologia para fazer o levantamento e o mapeamento das ocorrências de gás natural nas Regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais.

A nossa preocupação em relação ao setor geológico não é apenas com a falta de técnicos e geólogos no DNPM, é pelo fato de Minas Gerais, um Estado minerário, não conseguir acoplar à sua estrutura de desenvolvimento econômico, ao sistema operacional de desenvolvimento econômico um serviço geológico próprio do governo de Minas Gerais.

Lembro-me muito bem de que, em 1995, quando era Secretário Adjunto de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, conseguimos acertar com o DNPM um convênio e recursos de aproximadamente US\$1.200.000,00. Além disso, fizemos o mapeamento da região Leste do Estado, desde o Vale do Aço até a divisa com a Bahia, de toda essa área à direita da BR-116, que é a rodovia Rio-Bahia, e ainda de uma outra faixa da região do Médio Jequitinhonha, subindo até uma parte do Norte de Minas. Após esse trabalho, um outro foi realizado na região Noroeste do Estado. Ficamos apenas no mapeamento e no pré-estudo da situação geológica do Estado. Na mesma oportunidade em que ocupamos a Secretaria de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, desenvolvemos um trabalho junto ao DNPM, tentando verificar a situação da pesquisa de lavra garimpeira. As normas vigentes na época só permitiam que garimpeiros atuassem em reservas garimpeiras. Minas Gerais tinha apenas uma, que ficava em Nova Era. Conseguimos alterar a legislação, e hoje é permitido que se faça pesquisa de lavra e se garimpe em todo o território mineiro. No entanto essa decisão se transformou em letra morta, porque, em verdade, a questão ambiental tem-se sobreposto ao interesse econômico. A sobrevivência do garimpeiro não chega a causar dano ao meio ambiente. As catas e os túneis são de pequeníssima monta e não estragam o terreno. O tipo de garimpagem que se faz no Brasil é o mesmo desde a descoberta do nosso país. Não há equipamentos pesados nem destruição de mata, de terras e de aluviões. As pessoas não avaliam esse tipo de garimpo que existe em Minas. São mais de 100 mil garimpeiros no Estado. Digo isso com conhecimento de causa, pois a minha cidade, Teófilo Otôni, é o maior centro de lapidação e comercialização de pedras preciosas do Brasil e talvez da América. É o lugar onde se concentram as ocorrências naquela região, mas sobretudo onde se comercializa o maior volume de gemas preciosas.

Noutro dia, estava na antessala do nosso Vice-Governador e vi um livro bonito, mostrando o setor de gemas do nosso Estado. Desde 1995, me preocupo com nossa falta de estruturação. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, Minas não dispõe de um laboratório de certificação de gemas coradas nem de diamantes. Estamos andando. O Vice-Governador está nos ajudando, na tentativa desta formatação do convênio com o DNPM para haver um laboratório de certificação de diamantes em Minas Gerais, sediado em Belo Horizonte, e outro de certificação de pedras coradas, chamadas pedras semipreciosas, em Teófilo Otôni.

A nossa preocupação é com o desemprego. Ainda ontem, no Plenário, levantava uma questão. Estive em algumas cidades do Norte e do Nordeste de Minas Gerais e encontrei uma realidade dramática. Em Itinga, havia centenas de pessoas sentadas nas calçadas com as suas pás e picaretas à mão porque a Polícia Ambiental mandou fechar todos os garimpos daquela região. Ora, lembro-me muito bem de que, desde que Aureliano foi Ministro, estamos trabalhando a ideia de explorar o minério de ferro existente naquela região. Está lá a reserva de minério de ferro.

Desde que me entendo por gente, trabalhamos com a ideia de explorar o calcário de Poté, o caulim de Padre Paraíso, o estanho, o chumbo existente nas margens do Rio São Francisco, e agora os gases existentes no Norte e no Nordeste de Minas já estão sendo pesquisadas pela Codemig.

No entanto, Sr. Presidente, acredito que devemos apelar ao governo do Estado. O setor econômico, o sistema operacional de indústria e comércio do Estado, montado na época de Rondon Pacheco, quando tivemos uma estruturação perfeita do Indi, CDI, BDMG - Israel Pinheiro criou essa estrutura, que foi acelerada por Rondon Pacheco -, foi uma grande conquista. Mas está faltando uma peça na engrenagem, pois o Estado minerário não tem o serviço próprio de geologia, que poderia muito bem existir, acoplado à Emater, que palmita cada metro de terreno em nosso Estado. Poderíamos muito bem juntar à Emater, em suas regionais, alguns geólogos - dois por macrorregião, não seria necessário mais do que isso - para ajudar os pobres garimpeiros a fazer a documentação de sua pesquisa de lavra, pois a maioria deles não legaliza a sua situação porque não têm R\$250,00 ou R\$260,00 para pagar as taxas. E não podem pagar ao geólogo, que cobra R\$1.000,00, R\$2.000,00 para fazer o projeto, para estabelecer as coordenadas, datilografar e pôr as informações no papel, mostrando no mapa o local onde querem fazer a sua exploração geológica.

Estamos perdendo uma riqueza fantástica. O granito, que revelamos no mapeamento geológico que fizemos quando estava na Secretaria, hoje é uma realidade alvissareira e, ao mesmo tempo, destruidora das rodovias do Processo. Por não termos rodovias federais suficientes na região, capazes de aguentar mais carga pesada, ou uma ferrovia, perdemos um volume fantástico de recursos. Fico preocupado porque sou vizinho da Bahia e sabemos como ela faz seu trabalho na área gemológica; é excelente. O que a Bahia faz em termos de exportação e de comercialização de pedras ornamentais é impressionante. Minas Gerais está perdendo uma oportunidade de criar uma estrutura de desenvolvimento mineral diferenciada, de deixar de trabalhar apenas com o minério de ferro - essas grandes toneladas de minério de ferro que temos de exportar. Um dia entenderemos que é necessário implantar no Nordeste e no Norte de Minas algo para justificar a sua existência como parte da civilização. Em verdade, Sr. Presidente, se tivéssemos lá estrada de ferro, geólogos, uma estrutura de governo atuando diferentemente - porque lá é diferente -, teríamos certamente a felicidade e a satisfação de nos transformar numa região de riqueza eternizada.

Nosso subsolo é muito rico. Quando falam que o Jequitinhonha é a terra da pobreza, fico pensando com meus botões por que a Vale do Rio Doce fez uma ponte para ligar o rio a Itinga, para atravessar o Rio Jequitinhonha, sendo que quase ninguém sabe que isso foi feito apenas porque a empresa ganhou uma concessão para exploração de lítio. Não aconteceu porque o Lula é bonito, porque quiseram "fazer média" com ele; aconteceu porque a empresa ganhou uma exploração mineral.

Então, hoje, em Minas Gerais, Sr. Presidente, constatamos que não adiantou nada em 1995 e 1996 termos feito aquele trabalho enorme de cancelar todas as pesquisas de lavra existentes no Estado, como fizemos. Cancelamos todas junto com o DNPM; começamos do zero. Hoje há escritórios especializados que ficam na fila, na porta do DNPM, com vários mapinhas na mão, os quais contêm coordenadas já traçadas, solicitando pesquisa de um determinado mineral, qualquer um que inventam na hora. Pegam uma lista e estabelecem: vamos explorar o berilo. E fazem a pesquisa reservando aquele território sem exploração, porque não existe um controle efetivo do Estado quanto ao trabalho geológico.

Seria necessário que houvesse uma estrutura oficial de suporte, de apoio, para os pequenos, para os pobrezinhos, para os garimpeiros, especialmente, a fim de que pudessem ter acesso a um geólogo para verificar onde querem trabalhar. Também é importante preparar a documentação para que não fiquem na ilegalidade, não fiquem fugindo - como vimos em Itinga - da polícia ambiental. Não é necessário que isso aconteça.

Ainda há pouco, estava ouvindo o Deputado André Quintão falar sobre a questão do reflorestamento e do meio ambiente, do seu conflito, como fazendeiro de florestas, em relação às florestas plantadas. Realmente há um conflito, e ele é desnecessário, como disse o André Quintão. É preciso plantar florestas no Norte e Nordeste de Minas. Temos terras degradadas em virtude do desmatamento realizado nas décadas de 60 e 70. Lá havia apenas mata, André Quintão, mas desmataram tudo. Precisamos ter o direito ao reflorestamento técnica e ecologicamente correto naquela região degradada. Precisamos fazer isso sob pena de não sermos dignos de representar aquela região. A região necessita ser um polo florestal, porque há minério de ferro, com o qual não precisaremos usar as nossas matas nativas nem o nosso eucalipto, plantado em poucas fazendas, para abastecer os fornos de gusa de Sete Lagoas. Podemos produzir gusa em cada Município daquela região e criar uma nova riqueza. Temos uma Zona de Processamento de Exportação autorizada em Teófilo Otôni, e estamos lutando para implantá-la. Naquela zona de exportação, poderia haver uma aciaria para captar todo o ferro-gusa produzido nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais. Aí vem aquela história: não temos estrada de ferro, não temos transporte pesado, não temos sequer serviço geológico para dar suporte aos produtores de berilo, água-marinha, topázio, ametista, pedras preciosas e semipreciosas, ou mesmo do diamante produzido no Alto do Jequitinhonha. Da mesma forma, não temos como carregar o grande volume de calcário calcítico que há em Poté para misturar com o calcário dolomítico e usá-lo imediatamente para expansão das lavouras naquela região. Não temos como aproveitar o caulim para fazer louça ou outros produtos quaisquer na região de Padre Paraíso. Enfim, não conseguimos aproveitar o que temos.

Passei pela rodovia de Medina em direção a Pedra Azul, Sr. Presidente, e fiquei espantado com montanhas de pedras já cortadas na expectativa da melhor do mercado internacional para a venda do granito da nossa região. Por que temos de esperar? Se houvesse estrada de ferro, não seria preciso esperar o preço pago hoje no mercado internacional pelo granito, que é altamente remuneratório. Só não o é em virtude do frete de caminhão, que é muito caro. Se o frete fosse ferroviário ou hidroviário, o custo de produção e o transporte compensariam tranquilamente a continuidade da exportação. Então é uma questão de logística, Sr. Presidente, para que é produzido naquela região. Falo sobre isso com muita tranquilidade, pois tenho dito isso para todos os Prefeitos, em todas as reuniões às quais compareço. É preciso ter alguém que prospecte o futuro, alguém que não se preocupe apenas com o hoje, com o agora. Uma administração municipal esgota-se em quatro anos, mas o futuro de um povo depende de ações que ultrapassem os mandatos de um, dois ou três Prefeitos, de dois ou cinco Deputados. É preciso, Sr. Presidente, que haja uma voz, e estou tentando ser essa voz aqui, na Assembleia Legislativa.

Tenho conseguido poucas coisas, algumas nessa área. Muitas consegui no governo Aécio Neves na parte da infraestrutura, de saneamento básico, de iluminação pública e rural, uma série enorme de benefícios para os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Certamente posso dizer que, até na área da saúde, tenho de estar muito feliz, pois consegui carrear um volume de investimentos por meio de pedidos ao Secretário de Saúde e ao Governador. Entretanto, a minha felicidade só será plena, Sr. Presidente, quando tivermos a estruturação de um sistema de proteção à economia daquela região.

O sistema operacional da indústria e do comércio que está montado em Minas Gerais é muito bom, mas a Junta Comercial de Teófilo Otôni não funciona direito. O cidadão demora 15, 20, 30, 60 dias para conseguir abrir uma empresinha. Veja que coisa estranha, Sr. Presidente: anuncia-se o Minas Fácil, projeto que propõe a abertura de uma empresa em 2, 3, 4, 5 dias, no máximo, mas lá não é necessária tanta assistência. Essa é a razão da nossa lamentação. A nossa desigualdade está sendo reduzida paulatinamente pelo mais vigoroso programa de suporte já implantado neste Estado na região dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha pelo Governador Aécio Neves, mas ainda falta muita coisa.

É por isso, Sr. Presidente, que pedi vênua para falar nesta plenária de agora à tarde. Sou um homem satisfeito; estou feliz e tranquilo em relação à resposta que tenho obtido do Governador Aécio Neves, mas intranquilo em relação ao futuro da minha gente, ao futuro da minha terra, ao futuro da minha região. É absolutamente necessário que enxerguemos um pouquinho mais longe. Não é possível continuarmos felizes e satisfeitos apenas com o que já ganhamos. É preciso mostrar a Minas Gerais e ao Brasil que aquela região não pode viver apenas de prosa e verso. Amanhã, nesta Casa, às 15h30min, falaremos sobre a poesia e as canções do Jequitinhonha na Comissão de Cultura, em reunião conjunta. Debateremos a arte do Jequitinhonha, mas ninguém ainda percebeu que aquela região gosta tanto de cantar para afastar a tristeza de não ter horizonte na vida. Precisamos continuar fazendo a nossa poesia, cantando as nossas canções, mas tocar um projeto um pouco mais forte e determinado, para que os governos estadual e federal entendam a necessidade de se colocar naquela região uma estrutura de suporte para o seu próprio desenvolvimento.

Entendo, Sr. Presidente, que este é o momento, esta é a hora. O governo ainda tem quase dois anos pela frente; há possibilidades. Faço aqui um apelo ao nosso Vice-Governador Anastasia, que está com o projeto na mão: que acelere a implantação do laboratório gemológico de Teófilo Otôni, que acelere a implantação do laboratório gemológico destinado a diamantes em Belo Horizonte e que nos ajude a implantar um serviço de geologia naquela região, já que a Codemig está contratando dezenas e dezenas de geólogos, equipes enormes para prospectar o gás. Por que não estender ao Nordeste mineiro a prospecção também de outros minerais, possibilitando um suporte aos garimpeiros da nossa região, onde milhares passam fome e são perseguidos pela Polícia Ambiental? Lamentavelmente, Sr. Presidente, a nossa lei ambiental não é realista, não considera o homem como parte do meio ambiente, e sim o animal e a planta. Defende-se a planta, defende-se o animal, mas não se defende o homem, que precisa viver.

Esta é a minha peroração, este é o meu apelo: que possamos criar uma oportunidade completamente nova e diferenciada naquela região, Sr. Presidente. Muito obrigado pela paciência, já que extrapolei o meu tempo. Certamente, no futuro, se conseguirmos o que queremos, V. Exa. haverá de sorrir conosco, feliz pelo que conseguimos. Muito obrigado.

46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 4/6/2009

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa, público que nos assiste pela TV Assembleia, dirija-me à tribuna e escutei dos nobres colegas que eu voltaria à cantilena do Luz para Todos. Então, somente para introduzir o

assunto, gostaria de dizer que estamos acompanhando o levantamento do quantitativo da demanda reprimida do Luz para Todos. As projeções, segundo os dados já enviados pela Emater, apontam para 135 mil ligações, portanto bastante acima do que se vinha afirmando até então, que seriam cerca de 100 mil ligações. Esse fato amplia a necessidade do nosso esforço concentrado, da Assembleia, do governo do Estado, do governo federal e da Cemig, para que aceleremos as negociações com vistas a um novo contrato.

O Deputado Getúlio Neiva, da tribuna, já manifestou também disposição em colaborar, intercedendo junto à Cemig pelo encaminhamento desse novo contrato. Sabemos que enfrentaremos tempos difíceis, principalmente porque o que excede a 55 mil ligações do atual contrato são aquelas mais distantes e, portanto, mais onerosas e que implicarão um volume maior de recursos dos parceiros do governo federal, do governo do Estado e da própria Cemig.

Ontem mesmo, Srs. Deputados, estive no escritório regional da Cemig em Paracatu, e a manifestação de descontentamento lá é muito grande, pois, se observarmos a propaganda veiculada pelo governo do Estado em relação ao Luz para Todos, a impressão que teremos é que o programa voltou para atender todo mundo. No entanto, estamos longe de isso se transformar em verdade. Para se ter uma ideia, no Município de João Pinheiro, de 1.200 ligações previstas, já certificadas para atendimento e enquadradas no Luz para Todos, serão atendidas, pura e simplesmente, 120 ligações. No Município de Paracatu há 850 cadastros e 750 certificados prontos, enquadrados para serem atendidos. Serão atendidos 200. Esse é o quadro. Contamos com o acompanhamento dos nossos colegas para fazerem gestão e sensibilizarem a Cemig e o governo do Estado. Já estamos trabalhando com o governo federal. Será realizada uma reunião, em Furnas, para tratar do programa na área do Sudeste, nos próximos dias. Espero que consigamos organizar, Sr. Presidente, uma comissão de Deputados interessados na execução do Luz para Todos a fim de que levemos adiante as negociações e a contribuição efetiva desta Casa para o programa.

Como é do conhecimento de todos, estamos em plena semana do meio ambiente. Amanhã, dia 5, é o Dia Mundial do Meio Ambiente. A partir de 1972, na Conferência de Estocolmo das Nações Unidas, deliberou-se por essa data não para celebrar, como às vezes se delibera nessas conferências, mas para efetivamente analisar, investigar e monitorar a situação ambiental do planeta. Esse propósito foi renovado em 1992, no Rio de Janeiro, na Eco 92, conferência das Nações Unidas, na qual foram reforçadas e aprofundadas preocupações e eleitos alguns indicadores a serem monitorados ao longo do tempo. Hoje é notória a urgência de se incorporar, de forma definitiva, a dimensão ambiental em toda e qualquer questão que diz respeito à organização da nossa sociedade.

Sou adepto de uma corrente interpretativa que afirma a necessidade e a premência de mudança civilizacional, sem o que não conseguiremos promover os ajustes e as correções necessárias para equalizar a dimensão ambiental e compatibilizá-la - considerando-se os desenvolvimentos econômico e social - com o que diz respeito à qualidade de vida das pessoas. A expressão "desenvolvimento sustentável", hoje tão comum entre nós, precisa ser efetiva e plenamente conhecida e dominada por todos os agentes públicos do Brasil e do mundo, os quais têm de perceber, acima de tudo, que, além da dimensão ambiental que precisa ser computada, há o aspecto metodológico. Isso, para nós, é muito caro, muito importante, porque somos de uma tradição política que promove e valoriza a participação, que prioriza a organização social e que eleva, como bandeira principal, nesse quadro da política contemporânea, a radicalização da democracia. E a metodologia do desenvolvimento sustentável tem de ser, para fazer jus e para honrar esse conceito, absolutamente participativa, além de construtivista e construída coletivamente, com a participação ampla e legítima de todos os segmentos sociais. Sem isso, não é possível classificar nenhum processo de desenvolvimento sustentável. Portanto, esse conceito, ainda em construção e provocando disputas, vai variar conforme o segmento que o enunciar, ou seja, se for o empresariado, o desenvolvimento sustentável terá uma abordagem e uma versão; se forem os movimentos sociais ou os movimentos populares, os movimentos ambientais terão outra abordagem. Mas, se for o governo, por meio de suas diversas políticas públicas, o conceito irá variar conforme a nuance, o perfil político ideológico do governo em questão.

No Dia Nacional do Meio Ambiente, nobre Deputado Carlin Moura - que é um batalhador pelas questões sociais e que compreende efetivamente o nosso sonho de democracia, de cidadania e de justiça plena -, é fundamental a incorporação da dimensão ambiental. Portanto, precisamos valorizar esse aspecto construtivista e participativo da metodologia que promove os processos de desenvolvimento sustentável, sejam eles locais ou regionais, porque é dessa maneira que vamos alcançar a legitimidade e fazer com que os diversos atores se reconheçam nos processos, nos planos, nas políticas e nos projetos que deverão sair dos fóruns em que essas questões são discutidas, debatidas e coletivamente construídas.

Deputado Carlin Moura, ainda precisamos compor uma frente junto com as demais Assembleias do País para acompanharmos, de forma muito presente, o Congresso Nacional, em suas várias propostas de flexibilização da legislação ambiental do Brasil. Infelizmente, ao mesmo tempo em que a mídia, no Brasil e no mundo, dá plena cobertura e enfatiza o agravamento dos problemas climáticos - e nós estamos assistindo a isso, muito proximamente, em razão das enchentes e das devastações no Nordeste do Brasil e das secas no Sul, além dos sérios problemas no Pantanal, da ameaça sistemática sobre a Amazônia e da ameaça que vem avançando sobre o principal bioma de Minas Gerais, o cerrado -, processos como o da revitalização da Bacia do Rio São Francisco, lamentavelmente, andam em passos muito mais lentos do que gostaríamos de ver. Além disso, existem propostas tramitando no Congresso Nacional que visam, na contramão da história, a flexibilização da legislação ambiental.

Minas Gerais é reconhecido como um Estado que não só possui uma excelente legislação ambiental, mas também como aquele que efetivamente colaborou, por meio de amplo processo de mobilização, de envolvimento da comunidade - e a Assembleia de Minas já se notabilizou com isso - para a construção dessa boa política ambiental e até contribuiu para o aprimoramento da legislação federal com propostas que saíram dos debates desta Casa. Dessa forma, quando hoje se pretendem diminuir as reservas legais - aliás, existem várias propostas com esse objetivo tramitando no Congresso Nacional - por meio da incorporação das áreas de preservação permanente no cômputo, no cálculo da reserva legal, sabemos que isso é absolutamente incongruente com essa política de preservação e proteção ambiental que visa à garantia da sustentabilidade planetária.

Estamos num quadrante da história da nossa civilização. Lembrando-me de Guimarães Rosa, autor de "Grande Sertão: Veredas", vou usar uma expressão bem típica do interior do Brasil e do nosso sertão que é a palavra "encruzilhada". A humanidade efetivamente está diante de uma encruzilhada. É preciso tomar a direção correta. Temos de optar por um reordenamento social com implicações muito profundas na maneira de pensar e organizar a sociedade, por uma transformação paradigmática da cosmovisão que realinhe principalmente a maneira de produzir e de consumir. Ou pelo outro caminho, aquele em que já estamos, o outro braço da encruzilhada, que, infelizmente, é um caminho para o desastre, como se fôssemos uma manada em debandada, em direção ao despenhadeiro.

Esperamos que a compreensão da dimensão ambiental esteja presente nas discussões de políticas públicas, no Brasil e no mundo, da maneira mais consequente possível, daqui para a frente, porque é urgente, é premente o reordenamento para proteger essa dimensão. E que, a partir de amanhã, dia 5 de junho, Dia Nacional do Meio Ambiente, concentremos esforços, ampliemos a consciência de atores os mais diversos, sejam dos setores público e privado, sejam do terceiro setor, em todo o planeta, para que rumemos em direção à cidadania planetária, que garanta efetivamente uma qualidade de vida melhor para todos, de forma a desenvolvermos dons e talentos que signifiquem efetivamente a oportunidade de crescer, de evoluir. Se há algo que mereça a designação de humano, é efetivamente essa oportunidade de evolução para todos. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, público presente, início a minha participação, minha manifestação desta tribuna, Sr. Presidente, saudando a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Dr. Marcelo Tadeu de Oliveira, Corregedor-Geral, aqui presente, e do Dr. Alcimar Viana. Esses Defensores nos vieram trazer o "Manual de Atuação Funcional do Defensor Público" e um relatório de atividades da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública. Está aqui o relatório, com o Dr. Marcelo Tadeu de Oliveira à frente da Corregedoria. A Defensoria é muito importante para a democracia, para o nosso Estado, dá uma

grande contribuição a Minas.

Os Defensores me informaram também que, no dia 15 de maio, num grande encontro da Defensoria Pública, foi homenageado pelos Defensores e pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública o Dr. Vicente de Paula, nosso querido Didi, ex-jogador de futebol, um dos fundadores da Associação de Garantia do Atleta Profissional - Agap -, advogado dedicado à causa do atleta profissional e Defensor Público de carreira, já aposentado. É justa essa homenagem a esse grande servidor público.

Agradeço ao Dr. Marcelo Tadeu de Oliveira e ao Dr. Alcimar Viana essa deferência de virem até a Assembleia trazer essa publicação e essa prestação de contas tão importantes.

Em 2008, as Polícias Militar e Civil registraram 1.386 ocorrências de apreensão de cocaína em Belo Horizonte. É impressionante: esse número representa um crescimento de 59,6% em relação ao ano anterior, quando ocorreram 868 apreensões. A Polícia Federal apreendeu mais de 200kg de cocaína em 2008. É algo estarrecedor. A cocaína é uma droga que normalmente entra no País pela Bolívia; ela atua no sistema nervoso central provocando excitação, ansiedade, elevação da pressão sanguínea, náusea, alucinações e dependência.

Ontem, ao realizarmos uma reunião da Comissão Especial da Execução das Penas, o Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Estado de Esporte e Juventude, Dr. Cloves Benevides, afirmou que as crianças brasileiras estão tendo o primeiro contato com essa droga aos 9 ou 10 anos de idade. Além da cocaína, há o "crack", que é o restolho ou o lixo da cocaína misturado a solventes, uma droga impressionante, que em poucos segundos atua no cérebro, no sistema nervoso, e já na segunda utilização vicia uma pessoa, provocando efeitos devastadores em seu organismo. Estamos vivenciando dias decisivos no que se refere à vida de milhões de crianças e adolescentes que têm sido ou serão assediados por traficantes para serem entregadores de drogas em troca de R\$900,00 por mês. Não há comparação entre um ganho como esse e o que se oferece por estágios, aprendizagem e primeiro emprego. É uma disputa terrível que se trava hoje entre o que se paga a um adolescente aprendiz, por um estágio ou pelo primeiro emprego e o que se paga pelos traficantes, no valor, repito, de R\$900,00. Os números mostram que estamos perdendo essa luta. A cada vez que eles são divulgados nos espantamos com seu crescimento, mas as reações são sempre tímidas e insuficientes para evitar que essas crianças se envolvam com o tráfico e se tornem dependentes, tornando-se os infratores e criminosos que irão abarrotar, cada vez mais, as nossas penitenciárias. Os números são estarrecedores. Há em Minas, atualmente, 46 mil pessoas presas, a grande maioria com envolvimento no tráfico de drogas; e a perspectiva é que, em 2011, haja no sistema penitenciário do Estado de Minas Gerais 72 mil pessoas presas. É algo impressionante.

Até quando vamos trabalhar nas consequências? Até quando continuaremos a construir penitenciárias? Até quando iremos fazer crescer e armar as forças de repressão? Qual é a nossa dívida social para com tantas vidas perdidas por se envolverem com as drogas? Em Belo Horizonte, dos crimes cometidos por adolescentes em conflito com a lei, menos de 1% representa homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio, estupro ou assalto, ao passo que 24% estão relacionados com o porte de drogas e 25% com o tráfico.

Estamos perdendo essa batalha: enquanto um adolescente tratado em unidade terapêutica custa R\$700,00 por mês, aquele que se envolve com o crime e sofre uma medida socioeducativa de privação de liberdade custará R\$4.500,00 por mês, pago pela sociedade de Minas Gerais. E, muito provavelmente, ele passará para o sistema penitenciário do Estado de Minas Gerais, cujo custo será de R\$2.300,00 por mês, enquanto uma criança ou adolescente que estuda na rede pública do Estado custam, por ano, R\$1.300,00. Até quando vamos investir nas consequências? Até quando deixaremos para investir somente depois que a porta foi arrombada? Não é o que queremos. Essa conta não pode ser feita considerando-se, apenas, os números das finanças. As vidas são muito mais preciosas que o dinheiro, no entanto caminhamos para uma catástrofe social. Caminhamos para o fim de uma civilização. O número de encarcerados cresce sete vezes mais em relação ao crescimento da população brasileira. Apesar de ser mais barato, não estamos investindo na assistência às nossas crianças na proporção que a sociedade precisa e merece.

Recentemente, uni-me a vários ex-atletas, a vários atletas em atividade e aos Presidentes do Atlético e Cruzeiro na luta para que a Prefeitura de Belo Horizonte não encerrasse um projeto que atende 8.000 crianças nas comunidades do Município. Nesse projeto, ex-jogadores de futebol dão treinamento a crianças. A ideia era acabar com o programa, mas, graças a Deus, houve uma mudança de pensamento e ele continuará, senão 8.000 crianças iriam tornar-se presas fáceis para os traficantes. Ouçam as palavras de um traficante preso em Betim: "O futebol é a única atividade que faz com que os meninos deixem de entregar as minhas drogas."

O investimento das autoridades deve ser feito nas comunidades. É preciso criar atração para crianças e adolescentes no local onde moram, pois não adianta fazer um parque esportivo, tirar a criança da sua comunidade e levá-la para outros lugares. Temos de pensar em um campo de futebol, numa quadra, numa piscina. Que sonho uma criança de comunidade carente tem de ter uma piscina! É impossível pensar nisso? Foram retiradas as nascentes para as crianças carentes, a água que é tão importante para a saúde e para o desenvolvimento de uma criança. Se ela quiser ir para a piscina, tem de pagar, mas não tem dinheiro. Então, o investimento deve ser feito na comunidade. É ali que deve ser construído o parque esportivo para as nossas crianças, próximo aos amigos, à família, à igreja e à escola. Enfim, é necessário pensarmos na escola de tempo integral, ou, se não for possível, na escola de tempo integral em contraturno, com uma jornada ampliada. Assim, em uma parte do dia, a criança ou adolescente ficaria na escola e, na outra, participaria de um projeto esportivo, cultural, artístico ou musical. É isso que deve ser feito. Não é possível que a sociedade de Minas Gerais continue pagando essa conta altíssima de encarcerar adolescentes e jovens, perdendo nossas crianças e adolescentes como estamos perdendo. Esta Assembleia Legislativa e seus Deputados dão uma grande oportunidade para as comunidades com a Lei de Incentivo ao Esporte, que, entre diversas possibilidades, permite a qualquer Prefeitura e a qualquer instituição de utilidade pública desenvolver um trabalho social por meio do esporte, contribuindo, assim, para a cidadania dos milhões de brasileiros que se encontram em situação social de risco.

Encontra-se no "site" da Assembleia - www.almg.gov.br - uma cartilha eletrônica sobre como utilizar a Lei de Incentivo ao Esporte, no "link" Serviços e Publicações. Qualquer Prefeitura ou entidade que seja de utilidade pública pode lançar mão desse recurso. Temos de aproveitar o momento em que Belo Horizonte, Minas Gerais, o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014, para avançarmos, de forma determinada, no enfrentamento desse problema, pelo importante apelo esportivo. Sabemos que a nossa população não terá acesso a essa Copa do Mundo, pois os ingressos serão muito caros, mas a presença das grandes seleções mundiais aqui é um apelo importante. O início dos atletas da seleção brasileira é no campinho de futebol ou na quadra esportiva da escola. Como isso acontecerá se muitas das nossas escolas não têm sequer um espaço esportivo e muitas das nossas comunidades não têm mais o campo de futebol amador?

A Copa do Mundo nos dá oportunidade pelo seu apelo esportivo, mas também pela necessidade de oferecermos uma cidade mais segura aos turistas e aos moradores. Essa segurança não pode apenas ser consequência da eficiência das polícias. Por mais eficientes que sejam, com número grande de efetivos, equipadas e armadas, as polícias não darão conta, principalmente pela existência de pessoas que precisam buscar sua fonte de renda na venda de drogas. A Assembleia de Minas tem dado uma grande contribuição, e precisamos de uma grande união para oferecer um grande atrativo, uma escola prazerosa para nossas crianças e adolescentes, senão não venceremos essa disputa contra as drogas, que avançam fortemente na nossa sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Tenente Lúcio - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Srs. Deputados, público presente. Cumprimento toda Minas Gerais e parabéns pelo pronunciamento o Deputado João Leite, ex-atleta e homem que apoia realmente os jovens atletas do nosso Estado.

Deputado João Leite, temos algo em comum. V. Exa. foi Secretário de Esportes em Belo Horizonte, e fui Secretário de Esportes em minha cidade, Uberlândia, por dois mandatos consecutivos. Eleito Vereador, fui licenciado para ocupar a Secretaria Municipal de Esportes nos

governos do Paulo Ferolla da Silva e do Virgílio Galassi. Em Uberlândia existe um grande potencial esportivo, com 11 centros poliesportivos - tive a honra de construir 3 - e o Complexo Parque do Sabiá. Iniciamos as nossas escolhinhas de esportes e, no final do nosso mandato, ultrapassamos a barreira dos 10 mil alunos nos centros poliesportivos, no Complexo Parque do Sabiá e no Uberlândia Tênis Clube, em várias modalidades, tanto no futebol como no atletismo. Como atleta, tive a honra, quando aluno e Tenente, de participar de várias competições no Exército brasileiro.

Gostaria de destacar um grande amigo que se encontra hoje na nossa assessoria, o Cel. Teotônio. Na verdade, foi para Uberlândia como Tenente-Capitão, regressou como Coronel e comandou o nosso glorioso 36º Batalhão de Infantaria Motorizado, além de ter sido fundador do Clube de Corredores de Rua de Uberlândia - Corube.

Os nossos alunos estavam em todas as modalidades esportivas, como caratê, judô, capoeira, natação, assim como senhoras na hidroginástica. Sempre mostramos que o caminho das drogas só nos leva a coisas ruins: cadeia, caixão ou delinquência.

Tivemos muito êxito em nossas ações. No primeiro mandato como Secretário Municipal de Esportes em Uberlândia, conseguimos um fato inédito. Enviamos dois atletas para disputarem dois campeonatos mundiais de natação, na Grécia e em Portugal: João Lucas Okonel e Denis Garcia, dois jovens de apenas 16 anos. Depois fizemos de um garoto de 16 anos um campeão mundial de caratê. Realmente tivemos grande satisfação em mostrar para o Brasil e o mundo que quem quer trabalhar e trabalha obtém excelentes resultados.

Por outro lado, estamos vendo a cada dia o aumento do número de clínicas de recuperação de drogados, destinadas principalmente a crianças, adolescentes e jovens.

Quero publicamente falar do trabalho maravilhoso desenvolvido pela Vereadora Jerônima Carlesso, Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal, junto a todas as clínicas de recuperação de Uberlândia - aliás, recuperação de pessoas portadoras de necessidades e principalmente de dependentes químicos. Quero destacar o trabalho que os Pastores Renato e Zezé, da Peniel, desenvolvem no CER. Na Assembleia de Deus temos uma clínica de recuperação muito boa e importante para Uberlândia, que é a Fundação Filadélfia, e, principalmente, o Grupo Sarae. Gostaria de cumprimentar todas essas pessoas que ajudam o poder público municipal a defender os jovens.

Por outro lado, infelizmente precisamos das nossas polícias militar e civil. O ideal seria que não precisássemos de polícia, que vivêssemos em harmonia, sem assaltantes, sem pessoas que matam e roubam. Felizmente, temos em Minas Gerais as melhores polícias militar e civil do Brasil.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Tenente Lúcio, gostaria de comentar a sua manifestação relativa ao parque esportivo de Uberlândia. Realmente, temos de reconhecer que dificilmente outras cidades de Minas Gerais possuem um parque esportivo como o de Uberlândia. V. Exa. está de parabéns, pois foi um dos gestores que o construiu. Impressionou-me especialmente conhecer a estrutura do futebol amador com campos gramados. Nem na Capital temos isso. Em Belo Horizonte os campos ainda são de terra. Há um projeto desta Assembleia que está no PPAG, o Programa Campos Verdes, cujo objetivo é gramar e arborizar esses campos de futebol amador para dar mais conforto à população carente que mora em torno deles e a quem assiste aos jogos. A nossa cidade de Uberlândia é um exemplo. O seu parque esportivo dá uma grande oportunidade às crianças e aos jovens de se tornarem atletas.

V. Exa., como administrador desse parque esportivo e criador de vários espaços, está de parabéns, pois são exemplos para Belo Horizonte e para o nosso Estado. Muito obrigado e parabéns pela manifestação.

O Deputado Tenente Lúcio - Agradeço ao Deputado João Leite, que, quando éramos Secretários de Esporte, deu-nos a honra de fazer uma visita à Uberlândia, acompanhado do seu companheiro Piazza, nosso campeão mundial. Por falar em campeão mundial, já me reclamaram não ter dito aqui o nome do nosso atleta Diogo Tavares, campeão mundial de caratê, hoje professor. Diogo, receba os nossos cumprimentos e agradecimentos. Quando recebemos a notícia da sua vitória, seu pai, que o acompanhava, estava emocionado, e eu também, porque fomos nós quem conseguimos o patrocínio para o Diogo disputar o campeonato mundial. Infelizmente, em nosso País, ainda é desta forma: temos de correr atrás de patrocinadores, pois o nosso governo não enxergou a necessidade de patrocinar os nossos atletas. Somente algumas modalidades de muito destaque, como as Seleções Brasileiras de Voleibol, de Basquetebol ou, até mesmo, de Futebol, têm realmente o patrocínio, gastando-se muito dinheiro com os atletas.

Mudando de assunto. Quero cumprimentar a cidade de Tupaciguara, todos os seus moradores e o Prefeito Alexandre Berquó pelos 97 anos que a cidade completou na segunda-feira, 1º de junho. É uma cidade que tende a crescer ainda muito, tem um polo turístico, e o Sr. Alexandre Berquó, homem empreendedor, elegeu-se, pela segunda vez, Prefeito da cidade. Houve um intervalo, e agora assumiu novamente a Prefeitura para continuar fazendo um trabalho extraordinário. Cumprimento também o Prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão, que ontem nos recebeu na cidade. Acompanhamos a Secretária de Turismo Érica Drummond e fomos recebidos no aeroporto pelo Secretário de Turismo de Uberlândia, Dilsson Dalpiaz, pela Vereadora Jerônima Carlesso e pelo Vereador William Alvorada, que também fazem um trabalho digno em Uberlândia. Faço esse comentário porque a nossa preocupação, ao levar a Secretária Érica Drummond, é que Uberlândia seja uma subsede ou uma sede para abrigar uma seleção na Copa do Mundo. Uberlândia tem potencial tanto na área esportiva quanto na área de segurança pública e é privilegiada por receber mais viaturas, mais contingentes da Polícia Militar. A cidade é equipada com 70 câmeras de videomonitoramento. Aproveito para cumprimentar o Cel. Crovato, que é Comandante da 9ª Região que abriga o 17º e do 32º Batalhões da Polícia Militar e que está fazendo um trabalho extraordinário tanto em Uberlândia quanto na região periférica, nas cidades vizinhas. Parabenizo-o, juntamente com os Comandantes do 17º e do 32º Batalhões. Cumprimento ainda o Dr. Gilmar, meu colega do Exército, Superintendente da Polícia Civil; o Dr. Samuel, Delegado Regional; e os 16 Delegados que temos em Uberlândia, número muito aquém, pois, em 2002, tínhamos 23, e, em 2009, apenas 16 fazem de tudo para prestar um bom serviço. Todos eles estão fazendo plantão, chegando a realizar de 8 a 10 flagrantos diários, passando a noite acordados. Já conversei com Dr. Marco Antônio Monteiro, que nos garantiu que, tão logo se inicie ou conclua o curso de Delegado, ou, no decorrer do curso, vai enviar entre cinco a nove Delegados à nossa cidade, para que a população seja mais bem-atendida.

O setor de saúde de Uberlândia, em comparação com outras cidades de Minas Gerais e até mesmo do Brasil, é privilegiado com as UAIs e com o hospital municipal que deverá ser inaugurado ainda este ano para que possamos realmente receber uma seleção, que poderá ser dos continentes africano ou asiático, das Américas, de qualquer lugar do mundo. Uberlândia tem potencial para isso. Na Comissão de Turismo, que tenho a honra de presidir, já falei sobre isso.

Eu, a Secretária Érika Drummond, a Vereadora Jerônima Carlesso, o Vereador William Alvorada e o Magoo, Secretário de Comunicação da Prefeitura de Uberlândia, em visita ontem ao gabinete do Prefeito, dissemos a este que precisamos de todos os dados de Uberlândia. Já saímos de lá com o livro e um CD de Uberlândia para mostrarmos em nossa Comissão para o Brasil e para o mundo - a Secretária Érika Drummond também fará isso por meio de sua Secretaria - que Uberlândia tem potencial. O Dr. Jeová, Prefeito de Araxá, que também estava presente nessa reunião, também se interessou muito ao pleitear que Araxá, cidade turística, com o total apoio desta Casa, tenho certeza disso - aliás o seu aeroporto foi reinaugurado - também receba uma das seleções que disputarão a Copa do Mundo. Com isso, o que a cidade e a região ganham? Vêm jornalistas de outros países, torcedores acompanhando o seu time; deixarão divisas, dinheiro, recursos, em lanchonetes, restaurantes e hotéis da cidade. Isso é de fundamental importância.

Portanto, Sr. Presidente, a Comissão de Turismo receberá daqui a alguns dias a Secretária, Prefeitos, Secretários Municipais de Turismo que

queiram pleitear que sua cidade seja privilegiada e receba uma das seleções que disputarão a Copa do Mundo aqui no Brasil. Qualquer seleção que vier para qualquer uma dessas cidades, tomara que não seja vencedora, pois o Brasil não pode perder, principalmente dentro de casa. Nós, que somos amantes dos esportes de qualquer modalidade, quando se fala em futebol e na camisa canarinho, ficamos apaixonados. Vamos torcer muito para que o Brasil, mais uma vez, consiga ganhar esse campeonato, para a glória de todos.

Para terminar, quero agradecer a participação que tivemos hoje da Associação dos Aposentados de Belo Horizonte, com a presença dos Srs. Antônio Ferreira da Silva, Paulo Antônio Bossi e Dilermando Magno Amaral Coelho. Num próximo pronunciamento, falaremos sobre a insatisfação que estão tendo com o projeto que poderia estar beneficiando os aposentados, mas que está tomando um caminho distorcido no Congresso Nacional. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente. Quero aproveitar para registrar a presença em nossa galeria dos Vereadores de Minas Novas João Dutra, Neir, José Maria, Presidente da Câmara de Minas Novas, e Telcinho, Presidente da Câmara Municipal da nossa querida Januária, a Princesa do Norte de Minas Gerais.

Sr. Presidente, entre vários assuntos que me trazem hoje a esta tribuna, registro primeiramente um fato muito importante que aconteceu hoje nesta Casa: as Bancadas do PMDB, do PT e do PCdoB reuniram-se no 23º andar do Edifício Tiradentes, durante almoço com o ex-Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, pré-candidato ao governo de Minas Gerais. As nossas bancadas, que já vinham conversando há alguns dias, resolveram convidar para esse almoço o ex-Prefeito Pimentel, que gentilmente atendeu ao nosso convite e veio bater um papo conosco, discutir política, discutir a sucessão no Estado. Essa sinalização também será estendida a outros nomes que estão na disputa, como os Ministros Patrus Ananias e Hélio Costa, que, na próxima semana, também almoçará conosco nesta Casa. Isso demonstra o nosso entrosamento. Estivemos juntos nas eleições de 2006.

Este é o sentimento maior das Bancadas do PT, do PCdoB e do PMDB nesta Casa: o de caminharmos juntos rumo às eleições de 2010, com os nomes que aparecem nas pesquisas: o Ministro Hélio Costa, o Ministro Patrus Ananias e o Fernando Pimentel. Se Deus quiser, um deles será o nosso próximo Governador.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, Presidente José Henrique, mais importante que a reunião foi o amadurecimento que pudemos observar. Minas Gerais parou de discutir política há muito tempo. Tivemos a oportunidade hoje, Presidente, de conversar sobre a política do passado, do presente e do futuro.

O Prefeito Pimentel deixou bem claro o seu posicionamento, o que nos alegrou muito. Houve amadurecimento de uma proposta de discussão política de acordo com um programa que será feito pelos dois partidos, PMDB e PT, até porque o PMDB tem sido um parceiro de primeira hora do Presidente Lula. Quando ele enfrentou o primeiro problema no seu governo, o mensalão, foi o PMDB que lhe deu sustentação para que aquela turbulência passasse, e o Presidente Lula tivesse tranquilidade para governar. Isso faz parte da história do PMDB e do PT. Temos problemas? É lógico que temos. Temos interesses pessoais? É claro que alguns têm, principalmente na cúpula nacional. Mas o PMDB tem sido um partido importante, até porque enfrentou, junto com o PT, a redemocratização deste país. Estiveram juntos nas fileiras, lutando pela liberdade.

Deputado Paulo Guedes, essa discussão foi importante porque senti nela um amadurecimento. Com essa reunião, não queremos dizer que estamos tomando posição a favor do Hélio Costa, do Pimentel ou do Patrus Ananias. Estamos discutindo propostas políticas para que, ao final deste ano ou no início do ano que vem, possamos definir um programa de governo e um programa de candidatura. Temos uma vaga para Vice-Presidente da República, Governador, Vice-Governador e Senador. Dá para fazermos um grande acordo para as eleições de 2010. Mas, fora acordo, fora qualquer caminhada juntos, Deputado Carlin Moura, o que importa é o amadurecimento da discussão política. Não podemos ficar à mercê de parte da imprensa ou do Governador, que quer determinar para que lado o partido terá de seguir, sem que haja discussão. Não se conversa política no Palácio da Liberdade. Lá, impõe-se política, o que é um pouco diferente. A reunião de hoje foi um amadurecimento. Discutir o que acontecerá lá na frente é outra história. O que não podemos permitir são essas imposições que vêm de cima para baixo e que temos de acatar.

V. Exa., que foi um dos coordenadores do encontro, está de parabéns, assim como o Deputado Vanderlei Miranda, do PMDB. Estamos marcando uma nova era para discutir política, falar de política, o que, infelizmente, foi abolido de Minas Gerais.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputado Antônio Júlio. Concedo também aparte ao nosso caro companheiro Deputado Carlin Moura, do PCdoB, que esteve conosco no almoço em que esteve presente o Fernando Pimentel.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Paulo Guedes, estamos dando início hoje a uma fase muito promissora da política mineira. A iniciativa da Bancada do PMDB, juntamente com as do PT e do PCdoB, de convidar o ex-Prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel para um almoço, tem o objetivo de mostrar que em Minas Gerais hoje existem grandes probabilidades de construir um projeto político maior e melhor do que o que está em curso em Minas Gerais, espelhando-se na experiência nacional, na experiência do governo do Presidente Lula, que tem feito um governo de coalizão nacional, um governo de amplitude, trazendo grande progresso para o povo e para os trabalhadores.

Na verdade, esse almoço de hoje mostra que Minas precisa, neste momento, discutir um projeto de desenvolvimento econômico com inclusão social que tenha como centro a unidade dos partidos que fazem parte da base de sustentação do governo do Presidente Lula. A visita do ex-Prefeito Fernando Pimentel foi muito proveitosa. Teremos oportunidade de continuar esse debate com o Senador Hélio Costa e com o Ministro Patrus Ananias. Fica claro hoje que a base de sustentação do governo Lula em Minas está unida - PMDB, PT, PCdoB. Estamos todos unidos em prol da continuação do projeto nacional que está em curso, esperando que o governo continue aplicando as políticas do Presidente Lula, um governo que provavelmente terá a Ministra Dilma Rousseff à frente, dando seguimento aos trabalhos do Presidente Lula; um governo que vai colocar Minas Gerais num novo patamar: o da unidade, da transformação e da inclusão social. Estão de parabéns o ex-Prefeito Pimentel, as Bancadas do PMDB, do PT e do PCdoB. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Serei muito breve por causa do tempo de V. Exa. Realmente, foi uma grande alegria ver as Bancadas do PMDB e do PT reunidas, acabando-se com essa picuinha de alguns setores da imprensa, que tentam explorar nos jornais uma situação que não corresponde à realidade, porque o que vemos é a unidade. Temos os três melhores nomes. Esse é um ótimo problema. Temos o nome do Ministro Hélio Costa, o do Ministro Patrus Ananias e o do ex-Prefeito Fernando Pimentel, considerado um dos melhores Prefeitos do mundo, o melhor Prefeito da América Latina. Com essa união, tenho certeza absoluta de que a conjuntura necessária, que é o grupo de sustentação, a base do governo Lula tem todas as possibilidades de êxito e vitória. Fiquei extremamente feliz com essa reunião, que terá continuação. Posteriormente teremos uma reunião da bancada com os Prefeitos, com o Patrus, com o Ministro Hélio Costa. Realmente, estamos no rumo certo. Muito obrigado.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Nobre companheiro Deputado Paulo Guedes, concordo com tudo o que já foi dito e complemento dizendo que aconteceu o que se poderia chamar de uma reunião importante e histórica, que mostrou, acima de tudo, o sentimento das Bancadas do PMDB, do PT e do PCdoB, que é o de que devemos caminhar juntos na sucessão de 2010.

Por que essa reunião foi importante? Porque foi a reunião de uma coligação vitoriosa na eleição passada, uma coligação que deu certo e, ao mesmo tempo, a reunião de partidos que compõem a base do governo Lula, que permite ao governo Lula fazer o que faz e ter hoje 70% de aprovação da população.

Acredito que foi dado um passo importantíssimo na reunião de hoje, pois tivemos um encontro amigo e fraterno, em que não se elevou nenhum nome. Estava clara ali a intenção de todos de, juntos, construir um projeto. Diria mais: estava clara a intenção de continuar a construção desse projeto, naturalmente, confirmando, se Deus quiser, o nome da Ministra Dilma Rousseff para disputar a Presidência. Sem dúvida alguma, será a continuação do exitoso governo do Presidente Lula. Portanto, parabéns a V. Exa., que foi o articulador desse evento junto ao ex-Prefeito Fernando Pimentel. Estamos todos de parabéns, pois a democracia nos permitiu dar esse grande passo. Como disse o Deputado Carlin, de certa forma acaba-se um pouco com as especulações que estão por aí, na imprensa. Muitas vezes, quando lemos sobre o assunto, ficamos sem entender a notícia, uma vez que não participamos do fato que a gerou. Fica bem claro que essas bancadas estão dispostas a caminhar juntas e a dar a sua contribuição para que o País, e em especial o Estado de Minas Gerais, mais uma vez, saia ganhando. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Gomes (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, muito obrigado por esse aparte. Quero dizer que as Bancadas do PT, do PMDB e do PCdoB consideram um grande avanço esse encontro que realizamos hoje, rumo a 2010. É muito importante ressaltar que no PT temos dois grandes nomes: o ex-Prefeito Fernando Pimentel e o Ministro Patrus Ananias. Podemos ter a certeza de que a base aliada do Presidente Lula, que vem transformando este país, tem hoje três grandes nomes: o ex-Prefeito Fernando Pimentel e os Ministros Patrus Ananias e Hélio Costa. As três bancadas prosseguirão conversando, na próxima semana, mostrando que há união, que estão preparadas para esses encontros, para essa discussão. Na semana que vem, nos encontraremos com o Ministro Patrus Ananias e, na semana seguinte, com o Ministro Hélio Costa, para fazermos uma boa discussão, de alto nível, para mostrar que estamos unidos, pensando no melhor para Minas Gerais em 2010. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputado Carlos Gomes. Os vários apartes ao meu pronunciamento simbolizam muito bem, mais do que nunca, a nossa união e a nossa vontade de caminharmos juntos, rumo a 2010.

Trago um outro assunto à tribuna. Quero fazer aqui um ato de desagravo à Prefeita da cidade de Claro dos Poções, a minha querida amiga Dorinha, em razão das últimas notícias publicadas nos jornais do Estado de Minas Gerais, como o "Hoje em Dia", e nos jornais de Montes Claros. São notícias plantadas com maldade. Quero dizer que a notícia plantada nos jornais dizendo que ela colocou os servidores de castigo é uma grande inverdade. Isso é, acima de tudo, uma falta de respeito com uma pessoa que sempre se pautou, na sua vida pública, pela honestidade, pelo apoio a todas as nossas lutas, aos servidores, até porque ela é servidora pública estadual. Ela sempre defendeu os servidores públicos não só no Estado mas também e principalmente nos Municípios.

O que aconteceu de fato em Claro dos Poções foi uma maldade de quem perde eleição, de quem não aceita o resultado das urnas. A Prefeita Dorinha é uma professora que não tinha dinheiro, mas que, com trabalho, honestidade e dignidade, fez uma campanha limpa, e todos se uniram contra ela.

Quando falo todos, refiro-me ao poder público do Estado, com o aparato da Polícia Militar. Houve também perseguição de um Tenente, que chegou a ameaçar a nossa candidata. Aliás, ele me expulsou da cidade num dia em que fui participar de um evento da nossa Prefeita Dorinha. Tudo isso está ocorrendo porque essas pessoas não aceitam o resultado das urnas e ficam veiculando esse tipo de inverdade. O ex-Prefeito derrotado nas urnas lançou mão da maldade. Inventou um concurso de última hora e, depois que perdeu a eleição, nomeou vários funcionários. Acontece de haver três serventes para cada sala de aula. Justamente num momento em que o País e o mundo vivem uma crise e as Prefeituras estão perdendo mais de 30% de sua arrecadação, a Prefeita Dorinha assume o Município fragilizado, endividado e ingovernável, onde quebraram, sucatearam e venderam as máquinas. Além disso, também venderam ônibus, retiraram motores de carros, arrancaram pneus, enfim, sucatearam toda a máquina pública. Como se não bastasse, ainda fizeram a maldade de contratar, por meio de um concurso realizado na última hora, vários servidores, a fim de deixar Claro dos Poções ingovernável.

Tenha certeza, minha Prefeita Dorinha, de que a verdade está acima de tudo. Confiamos plenamente na sua capacidade, na sua força de mulher guerreira e corajosa, que está transformando a cidade. Mesmo com dificuldades, já está implementando um ritmo novo de governar, reformando as estradas e arrumando a cidade. Dorinha, é isso que está incomodando essa Oposição, que saiu desnordeada com a derrota que sofreu nas urnas no ano passado.

Agradeço ao Presidente a oportunidade. Havia outros assuntos para discutir, mas, em função dos apartes dos companheiros, não tive a oportunidade de expressar-me. Entendo isso. Voltarei a falar em outro expediente. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Gomes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, faço uso da palavra para dar testemunho de um belo exemplo de atividade municipal de que participei no dia 28 de maio: a abertura do Festival da Vida, na belíssima cidade de Mariana.

Mariana, primeira Capital de Minas Gerais, situada a 108km de Belo Horizonte, é a guardiã de um rico patrimônio cultural barroco, material e imaterial. Destaca-se entre as cidades de sua época, além do brilhantismo da riqueza cultural, pela sua gente, capaz de zelar por todo esse patrimônio e de compartilhar democraticamente toda essa sabedoria para que as gerações futuras dela se apropriem. Quero, de público, parabenizar cidadãos de Mariana e, ao mesmo tempo, agradecer ao Prefeito Roque Camêllo, a sua equipe de governo, aos organizadores, aos patrocinadores e a toda a população marianense o evento e a acolhida carinhosa que tive naquela oportunidade. A todos vocês meus parabéns e meu muito obrigado pelo carinho e pela acolhida.

Prezados Deputados, senhoras e senhores, o Festival da Vida, em sua 6ª edição, foi realizado entre os dias 28 e 31 de maio e teve como tema a segurança pública. A abertura foi realizada com um grande "show" de Paulinho Pedra Azul e Tunai. O Paulinho é de Pedra Azul e o Tunai é de nossa querida Ponte Nova. A programação contou com vários espetáculos de dança e teatro, concertos, recitais, exposições de artes plásticas, artesanato e fotografias e lançamento de livros. Essa iniciativa de discutir temas relevantes para o Município, articulada com atividades culturais, atrai nossa juventude, além de ser uma boa opção de lazer para todos os cidadãos marianenses. Por isso, mais uma vez, dou os parabéns ao Prefeito Roque Camêllo, a toda sua equipe e aos patrocinadores que ajudaram no Festival.

Mas, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cidadãos de Minas Gerais, quero tocar em outro assunto muito importante que tem sido abordado com preocupação pela população de Mariana: o processo que corre contra o Prefeito Roque Camêllo.

O Prefeito Roque Camêllo, oriundo de uma família pobre e com vários irmãos, passou por muitas dificuldades com a sua família. Começou a vida como engraxate e foi aluno do Seminário de Mariana. Sua formação humanista levou-o a exercer o magistério em Belo Horizonte, cursou Direito e Letras na UFMG e estudou como bolsista na Universidade de Harvard, nos EUA.

Mesmo como empresário e advogado, nunca deixou de atuar em sua terra natal. É ainda o Diretor Executivo da Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana, que congrega 79 Municípios. Mesmo tendo sido eleito legitimamente em Mariana, com 13.938 votos válidos, numa coligação de 10 partidos, incluindo o PT, as forças derrotadas nas eleições pelo voto popular insistem em questionar o resultado eleitoral com ações judiciais. O comportamento do Prefeito Roque Camêllo durante o processo eleitoral foi absolutamente correto, de modo que suspeitar de suas ações, sua campanha e seu comportamento é, no mínimo, muito injusto.

Solidarizo-me com o Prefeito Roque, com todos os partidos da coligação que democraticamente o elegeram e com os companheiros e companheiras do PT do Município de Mariana. Confiamos nos Ministros do TSE, quanto ao julgamento do caso eleitoral de Mariana, para que o nosso Prefeito Roque Camêllo continue governando aquele Município e tenha paz para fazer um governo voltado para o bem dos marianenses, a fim de que estes possam viver com mais dignidade e melhor qualidade de vida. Estou entre aqueles que torcem para que o Prefeito Roque e a população de Mariana tenham uma democrática e justa vitória nesse processo e reafirmo que Mariana pode contar comigo. Um grande abraço ao Prefeito Roque Camêllo, a toda a sua equipe de governo e à população de Mariana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/6/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Délio Malheiros

nomeando Fatima Lucrecia Martins Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Márcia Lidiane de Moraes Silva do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Tânia Maria Guimarães Diniz do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Joaquim Bifano Magalhães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando José Souza Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Matheus Magalhães Coelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

nomeando Ana Paula Meschessi Vidigal Teixeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Mauri Torres

exonerando Eleonora Vieira da Costa e Castro do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zezé Perrella

exonerando Luiz Gustavo Drummond Guerra do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Raimundo Nonato da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Walter Alves da Costa do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Anderson Langbehn Godinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Anderson Langbehn Godinho do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Raimundo Nonato da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Elizabeth Kallas do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando Willian Lopes Valadão para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Joaquim Bifano Magalhães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando José Souza Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando Matheus Magalhães Coelho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Márcia Lidiane de Moraes Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Tânia Maria Guimarães Diniz para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2008

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 24/6/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de engenharia, especializada na realização de serviços de modernização e na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores instalados do Palácio da Inconfidência.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, a pregoante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 9 de junho de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 29/6/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Edifício Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 9 de junho de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 25/6/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de luminárias completas.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso o licitante

deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 9 de junho de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Holdline Tecnologia e Sistemas Ltda. Objeto: prestação de serviços de instalação e manutenção de "software" de espera telefônica personalizada. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação contratual. Vigência: 2/6/2009 a 2/6/2010. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.0001.9 339039-101.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica Odontológica Edson Mariano Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33.90.39-00.

errata

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 6/6/2009, na pág. 43, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Zé Maia", onde se lê:

"Suzana Modesto Evangelista Santos", leia-se:

"Suzana Evangelista Modesto dos Santos".